

Relatório do Presidente

Gestão de 22 de agosto de 2024
a 19 de agosto de 2026

Acesse a Versão
Atualizada
do Relatório



Relatório do Presidente

Gestão de 22 de agosto de 2024
a 19 de agosto de 2026



STJ
SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

*Acesse a Versão
Atualizada
do Relatório*



CONTEÚDO

Apresentação..... 6

Ministros em Exercício no STJ..... 8

Gestores em Exercício no STJ..... 10

Tribunal de Precedentes com Números sem Precedentes..... 12

Resumo do Balanço 14

GESTÃO JURISDICIONAL 17

Prioridade Absoluta aos Gabinetes..... 18

Convocação de 350 Juizes Auxiliares Temporários para Auxílio aos Gabinetes 20

Ampliação do Quadro Funcional..... 26

Centro Judiciário de Solução de Conflitos..... 28

Automatização da Base de Dados de Acórdãos..... 30

Resultados da Atuação da Secretaria de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas (SPA) 32

VII Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados..... 33

Resultados da Atuação da Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância (ARP) ... 34

Ampliação das Sessões Virtuais e Transparência nos Julgamentos 35

Outras Medidas de Gestão Eficiente do Acervo Processual..... 36

Atendimentos a Advogados Realizados pela Presidência 37

NOVAS LEIS E NORMAS ADMINISTRATIVAS 39

Inovações Normativas: Racionalização do Acervo e Fortalecimento da Jurisdição 40

Criação de Cargos e Varas na Justiça Federal 42

Fundo de Custas da Justiça Federal 45

UMA SÓ JUSTIÇA: INTEGRAÇÃO DO STJ COM A MAGISTRATURA FEDERAL E ESTADUAL... 47

Participação do Presidente nas Posses de Novos Juizes e Juizas Federais e Estaduais 48

1º e 2º Congressos da Primeira Instância Federal e Estadual..... 50

1º e 2º Congressos da Segunda Instância Federal e Estadual 52

Fortalecimento das Relações Institucionais..... 54

Colaboração Estreita com as Associações Nacionais de Magistrados..... 58

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 61

Inteligência Artificial Generativa 62

Inteligência Artificial para a Gestão de Acervos e Precedentes..... 65

Tecnologia da Informação e Infraestrutura Tecnológica 66

Modernização Digital com Impactos Diretos na Gestão Jurisdicional 68

GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	71
Assessoria de Juízes e Transparência de diárias da Administração Superior	72
Composição do Tribunal.....	74
Aprimoramento de Rotinas Administrativas.....	78
Doação Criteriosa de Bens.....	85
Iniciativas para a Valorização dos Servidores.....	86
Fortalecimento e Melhorias do Pró-Ser	88
 OBRAS ESTRUTURANTES	 91
Construção do Sexto Prédio (Bloco G).....	92
Restauração do Mural O Homem é a Medida de Todas as Coisas	97
Restauração, Obras e Ampliação da Biblioteca STJ-Enfam.....	98
Entre Livros e Arte	100
Publicações Digitais e Difusão do Conhecimento	102
Laboratório de Preservação e Restauro (Lapre)	104
Inauguração do Arquivo Central.....	105
Criação do Arquivo Histórico.....	106
Revitalização do Bosque do STJ	108
Instalação de Painéis de LED em Todas as Salas de Sessões e Videoconferências	110
 PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO STJ.....	 113
ProgramaSTJ Internacional Projeção Global e Diálogo Multilateral.....	114
Congresso Internacional de Estado de Direito e Ética Judicial.....	116
Fóruns Internacionais.....	118
Cooperação com a Ásia e o Pacífico	120
Cooperação com a África e o Oriente Médio.....	125
Cooperação com a Europa e a América do Norte	127
Cooperação com a América Latina	130
Parceria com Organismos Internacionais	131
Simpósio Mudanças Climáticas, Água e Floresta	134
Fórum de Direito do Mar e Uso Sustentável dos Oceanos, Mares e Recursos Marinhos	135
2º Simpósio Internacional de Direito dos Povos Indígenas.....	136
I Congresso Internacional Justiça Originária.....	137
I Simpósio Internacional pela Equidade Racial: Brasil, EUA e África do Sul	138
VII Conferência Ibero-Americana dos Direitos da Criança	139
Cooperação com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil	140
COP30	142

CIDADANIA EM AÇÃO	145
Diversidade, Inclusão e Acessibilidade	146
Gênero e Cultura.....	154
Sustentabilidade.....	160
 EDUCAÇÃO E IMPACTO SOCIAL.....	 163
Programa STJ na Academia	164
Seminário sobre os	168
10 Anos do CPC	168
Programa Esperança Garcia.....	170
Projetos Socioeducativos do Museu.....	172
Exposição Povos Originários: Guerreiros do Tempo, de Ricardo Stuckert	174
Exposição O Brasil de Araújo Alcântara	176
Exposição Vindouros: STJ e Itamaraty na Preservação da Memória Diplomático-Jurídica Brasileira.....	178
 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	 181
Institucional	182
Critérios Para a Criação de Unidades Judiciárias	186
Reestruturação da Justiça Federal.....	190
Gestão Estratégica	194
Atividade Jurisdicional e Cooperação	196
Audiência Pública e Metas Nacionais	198
Estímulo à Carreira.....	199
Direitos Humanos – Equidade Racial e de Gênero.....	200
Sustentabilidade.....	201



Apresentação

Dois Anos como Presidente do Tribunal da Cidadania

O STJ é a maior Corte com jurisdição nacional da América Latina – e, possivelmente, do mundo – em número de recursos julgados anualmente (mais de 500 mil) e de servidores (mais de quatro mil). Por outro lado, é difícil imaginar juízes de vértice mais produtivos. Em 2025, foram proferidas 781.783 decisões.

Um Relatório de Gestão do biênio da Presidência do STJ deve começar com pelo menos *duas premissas básicas*.

A primeira delas é que, mesmo em iniciativas inéditas e criativas, os eventuais resultados positivos são sempre uma *obra coletiva*, envolvendo as Ministras e os Ministros, juízes auxiliares e servidores. Esse aspecto ganha destaque na atual gestão, caracterizada por uma consulta diária, permanente e ampla aos Colegas sobre todos os aspectos da Administração, inclusive acerca de decisões puramente autônomas do Presidente.

Por sua vez, por óbvio, as várias conquistas legislativas do biênio só se realizaram com a contribuição valiosa do Senado e da Câmara dos Deputados, em particular dos Presidentes Davi Alcolumbre e Hugo Motta, e, no Executivo, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de sua equipe de governo.

Já as dezenas de eventos nacionais e internacionais sempre contaram com o suporte da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação dos Juízes

Federais do Brasil (AJUFE), do Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça Estaduais e Militares do Brasil (CONSEPRE) e dos seis Tribunais Regionais Federais, além dos Ministérios de Estado, da Academia, do *Parquet*, da OAB, da Advocacia e da Defensoria Públicas, dos organismos internacionais, *entretantas outras instituições*.

Nesse quadro de mãos dadas com instituições judiciais, sou imensamente grato aos Presidentes do STF e do CNJ, Ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, ambos sólidos amparos que encontrei no biênio que termina. No CNJ, realço a intensa colaboração com o Ministro Mauro Campbell Marques, os Conselheiros, os juízes e os servidores. Com a Enfam, foi vigorosa a parceria com o Ministro Benedito Gonçalves, que tão bem a conduziu, auxiliado por um pequeno, mas dedicadíssimo, grupo de magistrados e servidores.

A segunda premissa é que a atividade administrativa precisa se guiar pela compreensão da efemeridade do mandato, que é de dois anos, sem reeleição, o que implica dizer que se herda o legado das gestões anteriores e se assegura, a quatro mãos, com o sucessor, a continuidade da administração no biênio seguinte. Daí ser indispensável um agradecimento especial à Ministra Maria Thereza de Assis Moura – minha antecessora – e ao Ministro Luis Felipe Salomão – o vice-presidente e meu sucessor – pelo encadeamento de gestões, que só beneficia o Tribunal. Obras estruturantes dependem desse acerto de propósitos, pois começam, mas não

terminam, em dois anos (a construção do novo prédio, p. ex.) ou são atemporais, já que nunca se completam, demandando atenção perene (a ampliação e o enriquecimento do acervo da biblioteca ou os investimentos em tecnologia da informação, p. ex.).

Do Relatório, enfatizo algumas das realizações que reputo mais importantes:

Prioridade absoluta para os Gabinetes das Ministras e dos Ministros, o que incluiu, entre outras iniciativas, a convocação de 350 juízas e juízes auxiliares temporários

Aprovação da Lei da Relevância (Lei n. 15.484/2026)

Aprovação pelo Governo do Distrito Federal e pelo IPHAN, licitação e assinatura do contrato para a construção do Sexto Prédio (Bloco G) do STJ

Posse de 214 novos servidores e aprovação da Lei nº 15.262/2025, que criou 330 funções comissionadas FC6, acabando com os chamados servidores “excedentes”

Implantação do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos

Participação do Presidente, via Zoom, em todas as posses de juízas e juízes estaduais e federais no biênio

Realização dos 1º e 2º Congressos da Primeira e da Segunda Instâncias das Justiças Federal e Estadual, eventos inéditos, com a aprovação – em votação restrita aos Magistrados – de 664 Enunciados

Investimentos de 300 milhões de reais em

Tecnologia da Informação, com aquisição de equipamentos de ponta e ampliação da rede; atenção especial foi dada à Inteligência Artificial, que levou à criação e implantação de sistema próprio, o STJ Logos, e à consequente capacitação de mais de mil servidores

Projeção internacional do STJ, por meio de dezenas de eventos com instituições judiciais e multilaterais estrangeiras, bem como com Embaixadores e Chefes de Missões Diplomáticas em Brasília, que vieram conhecer a Corte; encontros esses realizados sob a coordenação de um novo braço do Tribunal, o “Programa STJ Internacional”

Completa remodelação e enorme ampliação do acervo da Biblioteca STJ-ENFAM, com aprovação de quadro normativo próprio, que trata, entre outros aspectos, de doações de coleções privadas e do comodato de obras de arte

Incorporação, no calendário oficial de grandes eventos jurídicos do STJ, de temas fundamentais, como a igualdade racial

Aprovação, no Conselho da Justiça Federal e no STJ, da criação de 27 Varas Federais, a grande parte delas destinada aos colossais espaços vazios de jurisdição federal, na Amazônia Legal e nas regiões de fronteiras

Ao concluir esses dois anos de mandato, desejo ao Ministro Luis Felipe Salomão, meu sucessor, muito sucesso. Ele traz um notável histórico de empreendedorismo, conhecimento profundo da Magistratura brasileira e capacidade de trabalho.

Antonio Herman Benjamin
Presidente do STJ

Ministros em Exercício no STJ



Min. Presidente
Herman Benjamin



Min. Vice-Presidente
Luis Felipe Salomão



Ministro
Francisco Falcão



Ministra
Nancy Andrighi



Ministro
João Otávio de Noronha



Ministro
Humberto Martins



Ministra
Maria Thereza de Assis Moura



Ministro
Og Fernandes



Ministro
Mauro Campbell Marques



Ministro
Benedito Gonçalves



Ministro
Raul Araújo



Ministra
Isabel Gallotti



Ministro
Antonio Carlos Ferreira



Ministro
Ricardo Villas Bôas Cueva



Ministro
Sebastião Reis Júnior



Ministro
Marco Aurélio Bellizze



Ministro
Sérgio Kukina



Ministro
Moura Ribeiro



Ministra
Regina Helena Costa



Ministro
Rogério Schietti Cruz



Ministro
Gurgel de Faria



Ministro
Reynaldo Soares da Fonseca



Ministro
Ribeiro Dantas



Ministro
Joel Ilan Paciornik



Ministro
Messod Azulay Neto



Ministro
Paulo Sérgio Domingues



Ministro
Teodoro Silva Santos



Ministro
Afrânio Vilela



Ministra
Daniela Teixeira



Ministra
Maria Marluce Caldas



Ministro
Carlos Pires Brandão

Gestores em Exercício no STJ



As realizações apresentadas neste relatório foram feitas com o apoio da qualificada equipe de juízes e servidores do STJ.

A esquerda, a equipe de juízes que prestou apoio à gestão administrativa.

Na direita, a chefia da área internacional do tribunal.

Abaixo, os secretários e assessores-chefes do STJ no biênio 2024-2026.



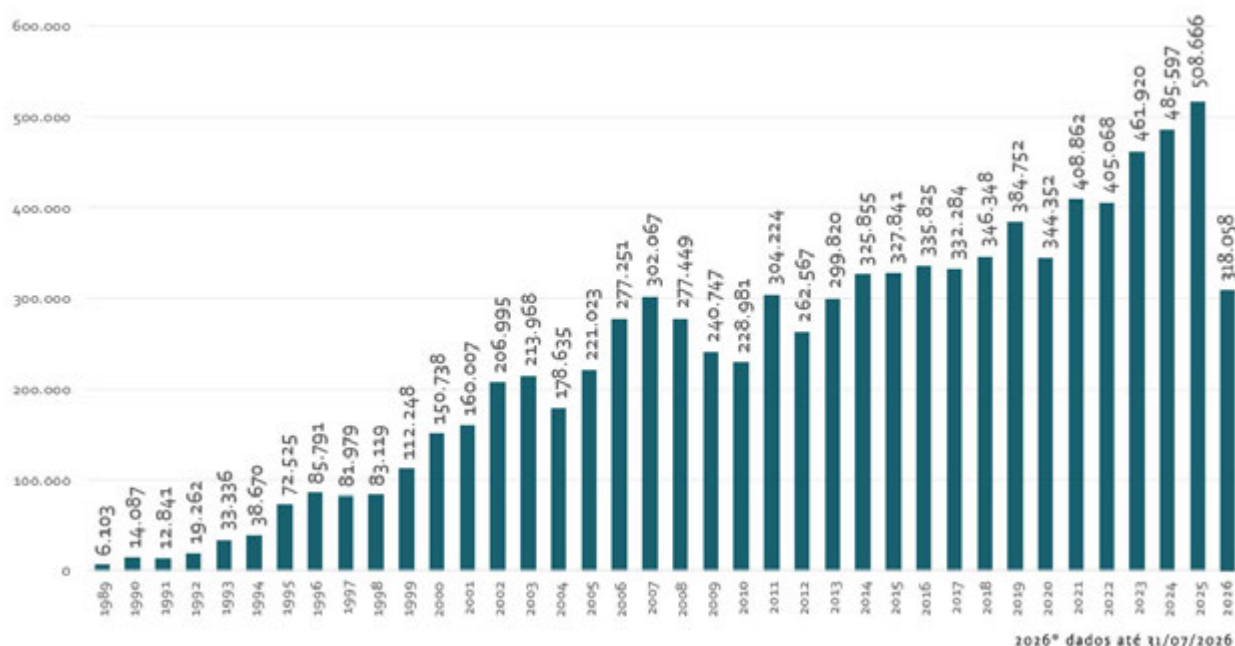
Tribunal de Precedentes com Números sem Precedentes

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) encerrou o ano de 2025 com cifras que impressionam pelo gigantismo e preocupam pelos impactos negativos no desempenho satisfatório de suas funções. Os seus 33 Ministros receberam o número recorde de 508.666 processos.

O abarrotamento do STJ não encontra similar em democracias respeitadas do mundo. Ao compará-lo com organismos análogos, a disparidade anual é gritante. Na França, com uma população de 68 milhões e dois tribunais nacionais que, juntos, correspondem ao STJ, as estatísticas são assaz distintas. A Corte de Cassação e o Conselho de Estado, cada

qual com algo em torno de 200 Ministros (*conseillers*), decidem, em média, de 10 a 20 mil processos. Na Índia, com 1,4 bilhão de habitantes, a Corte Suprema de 34 Ministros prolata em torno de mil decisões.

A fonte principal da avalanche de recursos – que cresce ano a ano, apesar do hercúleo esforço de seus Ministros e servidores – acha-se em outro lugar: a transmutação da Corte em terceira instância universal, aberta à revisão de toda e qualquer decisão dos 27 Tribunais de Justiça e dos seis Tribunais Regionais Federais do Brasil.



Que soluções se apresentam para o Superior Tribunal de Justiça? Problemas estruturais reclamam soluções estruturais. Desdenham paliativos, expedientes engenhosos e fórmulas transitórias. Daí que só uma medida vai à raiz da emergência do (antisistema) recursal do STJ: repor o Tribunal às fronteiras de sua gênese, uma instituição destinada a julgar casos de relevância nacional, na linha da Emenda Constitucional n. 125/2022, recentemente regulamentada pelo parlamento brasileiro.

Impõe-se, por isso, começar pela reafirmação da *raison d'être* precípua do STJ, ou seja, a uniformização da interpretação da legislação federal nos quatro cantos do Brasil. Dele se espera que cumpra o seu ofício pela fixação de teses — precedentes pacificadores de entendimentos divergentes —, com o objetivo de garantir previsibilidade, isonomia e segurança jurídica à população e às empresas, simplificando a atuação do juiz, estimulando o empreendedorismo e reforçando a coerência do ordenamento jurídico nacional.

A crise recursal do STJ prejudica o Brasil. Enfraquece a legitimidade do direito, desampara os cidadãos, afeta a economia e o ambiente dos negócios, corrói as contas públicas. Chegou a hora de acordar e tomar providências imediatas para afastar o risco de implosão do Tribunal da Cidadania.

**Com trechos extraídos do artigo publicado pelo Ministro Herman Benjamin na Folha de S.Paulo, em 8.2.2025 (dados numéricos atualizados em 29.7.2026)*



Resumo do Balanço

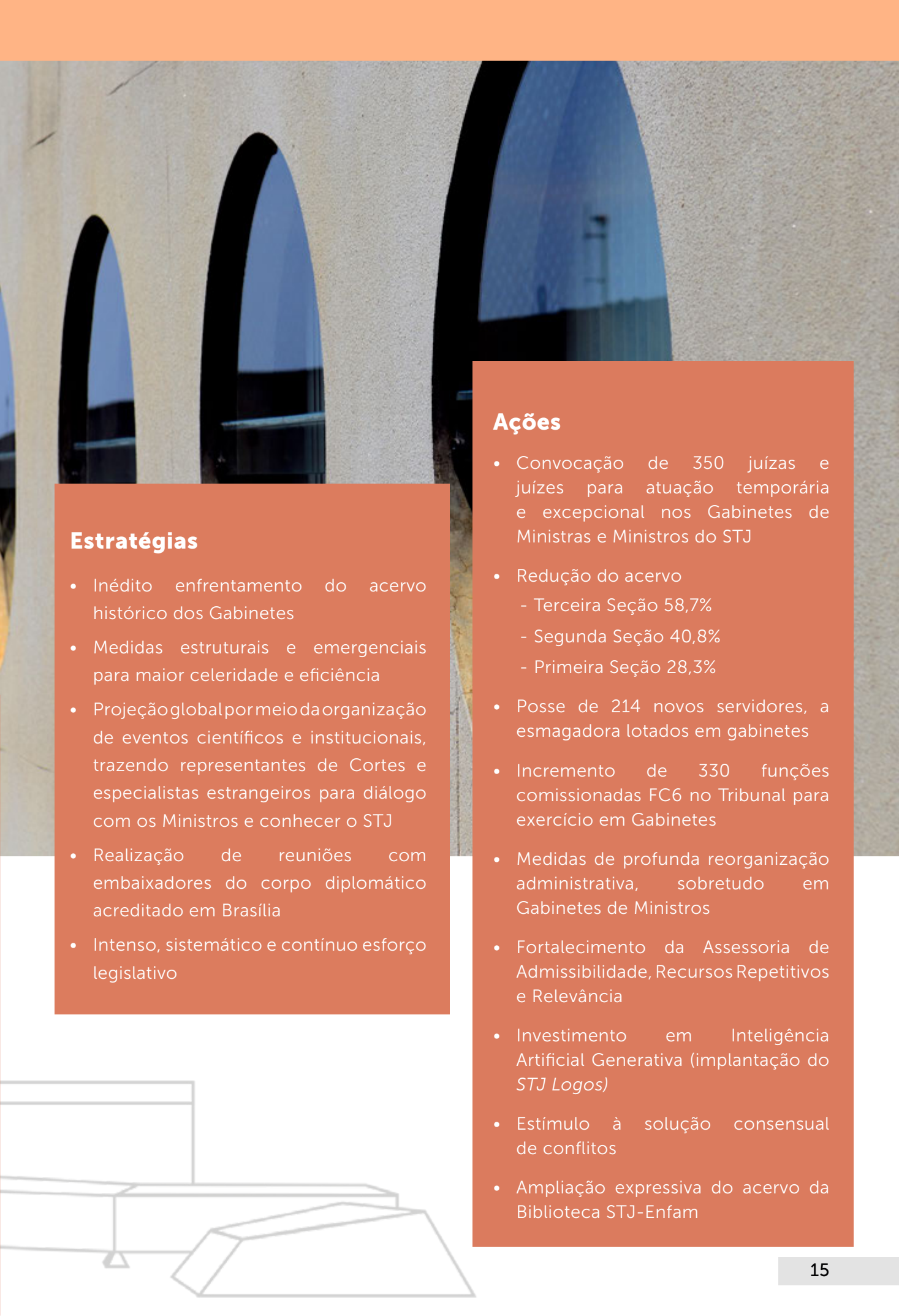
A Presidência do Superior Tribunal de Justiça adotou, em conjunto com os órgãos colegiados, uma série de providências estruturais e algumas emergenciais para enfrentar o principal desafio da Corte: a sobrecarga processual, que, sem ações concretas, comprometia seu funcionamento e imagem.

No intuito de racionalizar o funcionamento do STJ com máxima celeridade e eficiência, a gestão promoveu um inédito incremento da força de trabalho, alinhado à reorganização administrativa interna e ao fortalecimento da triagem de admissibilidade e gestão de precedentes. A estratégia combinou ainda a inovação tecnológica da Inteligência Artificial Generativa, materializada no *STJ Logos*, com o estímulo permanente à solução consensual de conflitos.



Desafios principais do biênio 2024-2026

- Reduzir o grande acervo processual histórico que compromete o funcionamento e a imagem do STJ
- Aprovar novas leis indispensáveis à racionalização do acesso e do funcionamento do STJ
- Ampliar, restaurar e modernizar a estrutura física do Tribunal
- Projetar o STJ internacionalmente
- Trabalhar pela realização do conceito “Uma Só Justiça”, integrando juízes federais e estaduais
- Transformar a Biblioteca STJ-Enfam no maior e melhor acervo jurídico da América Latina
- Fortalecer a carreira e valorizar a remuneração dos servidores



Estratégias

- Inédito enfrentamento do acervo histórico dos Gabinetes
- Medidas estruturais e emergenciais para maior celeridade e eficiência
- Projeção global por meio da organização de eventos científicos e institucionais, trazendo representantes de Cortes e especialistas estrangeiros para diálogo com os Ministros e conhecer o STJ
- Realização de reuniões com embaixadores do corpo diplomático acreditado em Brasília
- Intenso, sistemático e contínuo esforço legislativo

Ações

- Convocação de 350 juízas e juízes para atuação temporária e excepcional nos Gabinetes de Ministras e Ministros do STJ
- Redução do acervo
 - Terceira Seção 58,7%
 - Segunda Seção 40,8%
 - Primeira Seção 28,3%
- Posse de 214 novos servidores, a esmagadora lotados em gabinetes
- Incremento de 330 funções comissionadas FC6 no Tribunal para exercício em Gabinetes
- Medidas de profunda reorganização administrativa, sobretudo em Gabinetes de Ministros
- Fortalecimento da Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância
- Investimento em Inteligência Artificial Generativa (implantação do *STJ Logos*)
- Estímulo à solução consensual de conflitos
- Ampliação expressiva do acervo da Biblioteca STJ-Enfam

GESTÃO JURISDICCIONAL



Prioridade Absoluta aos Gabinetes

Uma série de medidas foram adotadas para reestruturar a força de trabalho nos Gabinetes.

Juízes auxiliares temporários

Convocação inédita de juízes para prestar auxílio aos gabinetes, sem prejuízo da jurisdição nas suas varas.

Gabinetes com prioridade Absoluta de lotação

O preenchimento das vagas nos Gabinetes recebeu prioridade na distribuição de novos servidores.

Fim dos servidores excedentes

Oficialização da composição dos Gabinetes com 38 servidores, sendo todos comissionados, o que também amplia a atratividade da área finalística do Tribunal.

GAACTA

Edição da Resolução STJ/GP n. 30/2026, que criou a *GAACTA (Gratificação por Atuação de Alta Complexidade, Técnica e Administrativa, em Tribunais e Conselhos Superiores)* destinada aos servidores ocupantes de cargos comissionados elevados.

Aprovação legislativa de FC-6 para Gabinetes

Aprovação da Lei n. 15.262/2025, que cria 330 funções comissionadas de nível FC-6 destinadas aos Gabinetes de Ministro.

Metas Cumpridas – Metas Nacionais do CNJ (2025)

META 4

Julgar 90% das ações de improbidade e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31.12.2023

META 6

(Ações Ambientais)

Julgar, até 31.12.2026, 75% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31.12.2025

META 7

(Ações indígenas, quilombolas e crimes de racismo e injúria racial)

Parte A e B: Identificar e julgar até 31.12.2026, 80% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas, 80% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31.12.2025

META 10

Julgar 100% dos casos de subtração internacional de crianças distribuídos até 31.12.2024

Convocação de 350 Juízes Auxiliares Temporários para Auxílio aos Gabinetes

Em outubro de 2024 (início da força-tarefa inédita na Terceira Seção), havia 190.869 processos pendentes de primeiro julgamento nas três Seções do STJ. A força-tarefa foi implantada em momentos distintos: há aproximadamente 21 meses na Terceira Seção (Direito Penal), há 11 meses na Segunda Seção (Direito Privado) e há apenas 8 meses na Primeira Seção (Direito Público).

Após várias reuniões e célere tramitação interna, o auxílio começou apenas na Terceira Seção. Com o sucesso da iniciativa, foi estendido, em agosto de 2025, para a Segunda Seção. Finalmente, em dezembro de 2025, a Primeira Seção também foi contemplada.

A inédita força-tarefa chegou a contar com 350 juízes auxiliares temporários, número expressivo para uma tarefa desafiadora, emergencial e verdadeiramente inadiável. Ao longo de sua execução, em razão dos expressivos resultados alcançados, foi possível reduzir gradualmente esse contingente para aproximadamente 200 magistrados em atuação, preservando elevados índices de produtividade e de redução dos acervos.

Queda de 60,85% no número geral de processos

Em 18 de outubro de 2024 (início da força-tarefa na Terceira Seção), havia 190.869 processos pendentes de primeiro julgamento nas três Seções do STJ. Hoje, esse número foi reduzido para 74.718 processos, correspondendo a uma redução global de 60,85%.

*Confira o Normativo
que Disciplina
as Convocações:*



Nesse período, a força-tarefa ultrapassou a marca histórica de 210.705 minutas de decisões e votos produzidas, resultado que evidencia a efetividade da iniciativa e sua decisiva contribuição para a redução dos acervos processuais do Tribunal.

São igualmente expressivos os resultados por Seção: na Terceira Seção, houve redução de 58,72% dos processos pendentes de primeiro julgamento desde outubro de 2024; na Segunda Seção, a redução já alcança 40,80%; e, na Primeira Seção, instalada há apenas oito meses, a diminuição já atinge 28,30%.

Capacitação dos juízes auxiliares temporários

A atuação dos juízes convocados é precedida de processo intensivo e metódico de capacitação, realizado presencialmente no STJ, que compreende aspectos teóricos e práticos da atividade judicante, específicos para o trabalho em Gabinetes.

Desde o início da iniciativa, foram realizados diversos cursos presenciais e virtuais, com cerca de 50 horas-aula. Os magistrados receberam capacitação específica sobre Recurso Especial (REsp) e Agravo em Recurso Especial (AREsp), preparação para o uso dos sistemas informatizados do STJ e para a elaboração de textos de acordo com a última edição do Manual de Padronização de Textos do Tribunal.

Também passaram por ambientação presencial de dois dias nos Gabinetes de atuação e assistiram a diversas palestras sobre estrutura e organização das Seções, código de conduta do Superior Tribunal de Justiça, classes e assuntos processuais mais recorrentes, entre outros temas relevantes para o auxílio aos Gabinetes.



Auxílio prestado de forma integralmente remota

As magistradas e os magistrados convocados mantêm a atuação nas suas unidades de origem. O auxílio é prestado integralmente à distância, sem prejuízo da atividade jurisdicional desempenhada na vara e do dever de comparecimento às suas unidades de lotação.

Produtividade e monitoramento constante do desempenho no STJ e nas unidades de origem

Para facilitar o acompanhamento da produtividade da força-tarefa, o STJ criou um painel de *Business Intelligence (BI)* voltado ao monitoramento diário das atividades e de seu impacto no acervo da Corte.

Todo o trabalho é acompanhado em tempo real.

Os magistrados cumprem metas específicas de produtividade, definidas conforme a Seção onde atuam.

Além do controle diário da produção desenvolvida nos Gabinetes, há acompanhamento mensal dos índices de desempenho nas suas varas de origem. A fim de evitar que o auxílio ao STJ interfira nas estatísticas da primeira instância, a permanência no programa está condicionada à ausência de queda da produção e à inexistência de processos paralisados nas suas unidades originárias.

Critérios objetivos e diversidade no processo seletivo

A escolha dos juízes auxiliares ocorre mediante edital de chamamento público, com observância de critérios objetivos de experiência na matéria da Seção, gênero, raça, distribuição geográfica paritária entre as regiões do Brasil e representação equilibrada da Justiça Federal e da Justiça estadual.



Juízes Convocados para Auxílio Temporário e Excepcional à Terceira Seção (21.10.24)

A Terceira Seção do STJ (Direito Penal) foi a primeira a receber o auxílio dos juízes auxiliares temporários.

Regulamentada pela Resolução STJ/GP n. 16/2024, a convocação temporária inicialmente contou com 100 magistrados, número posteriormente reduzido para 50, em razão da expressiva diminuição dos acervos. Desde outubro de 2024, os juízes auxiliares temporários produziram 121.300 minutas de decisões e votos, contribuindo para uma redução de 58,72% dos processos pendentes de primeiro julgamento. Antes do auxílio, havia 49.885 processos aguardando primeiro julgamento; atualmente, são 20.589.

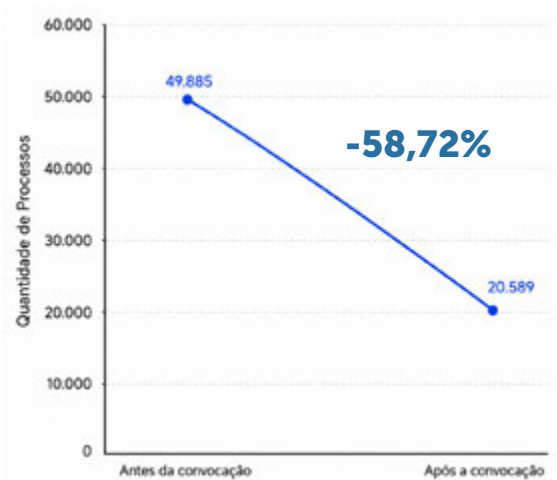
Resultados

- 121.300 minutas de decisões e votos produzidas.



Juízes auxiliares: resultados concretos para o STJ

- Redução de 58,72% no número de processos pendentes de primeiro julgamento desde outubro de 2024.
- Três dos cinco menores acervos em Gabinetes do STJ encontram-se na Terceira Seção.



Processos pendentes de primeiro julgamento caíram 58,72%

Juízes Convocados para Auxílio Temporário e Excepcional à Segunda Seção (15.8.25)

Na Segunda Seção, especializada em Direito Privado, seguindo as diretrizes da Resolução STJ/GP n. 21, de 18 de junho de 2025, houve a convocação de juízes federais e estaduais para auxílio temporário aos Gabinetes.

A medida visa enfrentar o maior acervo do Tribunal, com foco na celeridade processual e no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Atualmente, 114 juízes auxiliares temporários atuam na Segunda Seção. Desde agosto de 2025, foram produzidas 77.873 minutas de decisões e votos, reduzindo o número de processos pendentes de primeiro julgamento de 66.707 para 39.484, o que corresponde a uma diminuição de 40,80%.

Ação

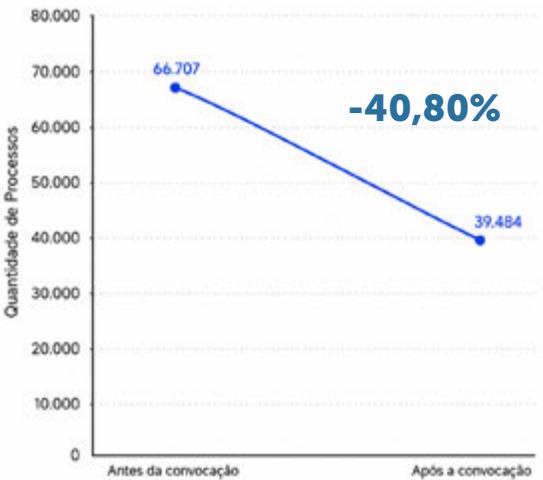
Convocação de juízes federais e estaduais para apoio temporário aos Gabinetes.

Objetivo

Enfrentar o maior acervo do Tribunal.

Foco

Celeridade processual e cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário.



Percentual de redução de processos pendentes de primeiro julgamento: 40,80% na Segunda Seção

Juízes Convocados
para Auxílio Temporário
e Excepcional à
Primeira Seção
(3.12.25)

Após os notáveis resultados obtidos com a convocação temporária nas Terceira e Segunda Seções, a iniciativa foi estendida à Primeira Seção, especializada em Direito Público.

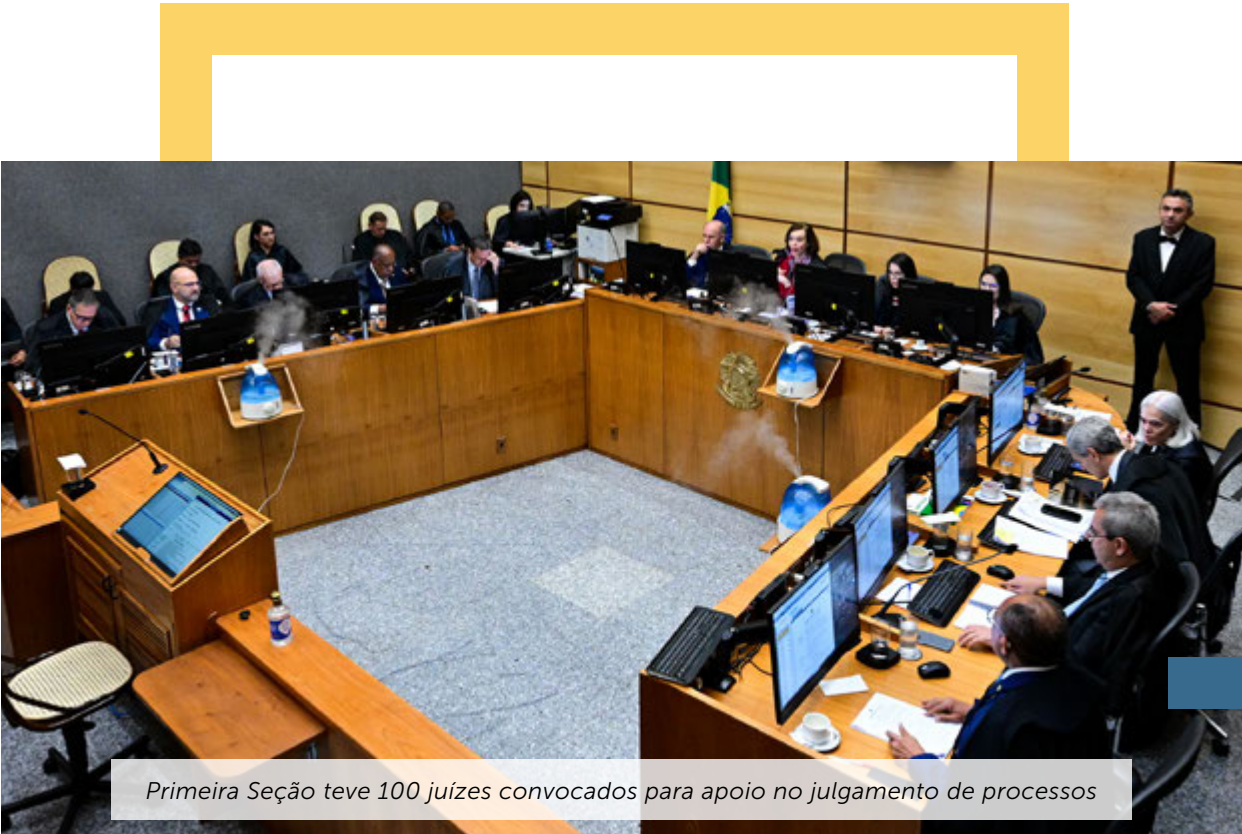
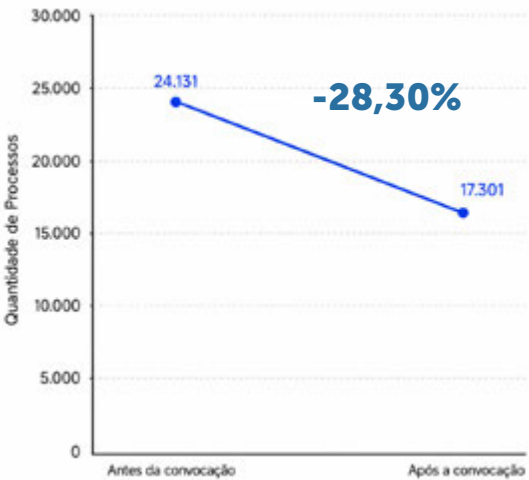
Atualmente, 38 juízes auxiliares temporários atuam na Primeira Seção. Embora instalada há apenas oito meses, a força-tarefa já produziu 21.874 minutas de decisões e votos, reduzindo o número de processos pendentes de primeiro julgamento de 24.131 para 17.301, o que representa uma diminuição de 28,30%.

Ação

Convocação de juízes federais e estaduais para apoio temporário aos Gabinetes.

Objetivo

Enfrentar o acervo da Primeira Seção.



Ampliação do Quadro Funcional

Foram nomeados 214 novos servidores, sendo 206 Analistas aprovados no último concurso do Tribunal e 8 servidores aproveitados de outros órgãos do Poder Judiciário da União.

Os novos servidores foram alocados, preponderantemente, nas 118 vagas que estavam abertas nos Gabinetes de Ministro, contribuindo para a prestação jurisdicional. Além disso, várias áreas de apoio do Tribunal receberam novos servidores.

Adicionalmente, com a publicação da Lei n. 15.173/2025, o STJ transformou 168 cargos vagos de Técnico Judiciário em 102 postos de Analista Judiciário, medida que permitiu o reforço do quadro de pessoal.

Foram criadas 330 FC6 para os Gabinetes, possibilitando redistribuição das funções remanescentes, melhorando também a estrutura das unidades da área-meio, que passaram a contar com 105 novas funções distribuídas em 28 unidades.

Maior parte do grupo de novos servidores é Analista Judiciário



QUANTITATIVO DE INGRESSOS NO STJ AGOSTO/2024 A JULHO/2026	
Cargo	Quantidade
Analista Judiciário, Área Administrativa	20
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Análise de Sistemas de Informação	3
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Arquitetura	3
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Arquivologia	1
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Comunicação Social	3
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Contadoria	7
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Engenharia Civil	3
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Engenharia Elétrica	1
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Engenharia Mecânica	2
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Medicina (Ramo: Cardiologia)	1
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Medicina (Ramo: Ortopedia)	1
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Medicina (Ramo: Psiquiatria)	1
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Odontologia (Ramo: Dentística)	2
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Pedagogia	1
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Psicologia	3
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Serviço Social	2
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado: Suporte em Tecnologia da Informação	2
Analista Judiciário, Área Judiciária	154
Técnico Judiciário, Área Administrativa	2
Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado: Enfermagem	2
Total	214

Centro Judiciário de Solução de Conflitos

Responsável pelas conciliações e mediações no âmbito do Tribunal, com atuação de Ministros supervisores, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc/STJ) foi inaugurado em abril de 2025.



Na ocasião, também se aprovou seu Regimento Interno, que fixa a remuneração e as regras para conciliadores e mediadores. As iniciativas consolidam a política de autocomposição e ampliam o acesso à justiça consensual no STJ.



Em novembro de 2025, o Tribunal promoveu a *1ª Semana da Autocomposição do Superior Tribunal de Justiça*, com palestras sobre temas como neurociência aplicada à conciliação, sistema de solução de problemas jurídicos e o mapeamento de conflitos no STJ.

Em abril de 2026, o evento *1 Ano Construindo Pontes* celebrou o primeiro ano de funcionamento do Cejusc, com debates sobre cultura do consenso no Judiciário, cooperação institucional e justiça restaurativa.

Função

Promover conciliações e mediações no Tribunal

Coordenadoria-Geral

Ministra Nancy Andrichi

Coordenação da Câmara de Direito Público

Ministro Supervisor José Afrânio Vilela

Coordenação da Câmara de Direito Privado

Ministro Supervisor Raul Araújo

Coordenação da Câmara de Direito Penal

Ministro Supervisor Carlos Pires Brandão





Automatização da Base de Dados de Acórdãos

Implementação de novo procedimento para separação, tratamento e disponibilização de acórdãos na base de dados de jurisprudência do Tribunal, gerando duas bases de pesquisa: uma automatizada e outra gerada e tratada manualmente pelos analistas processuais.

Novo banco de dados para a jurisprudência

O STJ modernizou o processo de pesquisa da jurisprudência. O banco de dados, que estava defasado há mais de uma década, foi substituído, com a tradução dos critérios de pesquisa, elevando a qualidade e a disponibilidade das informações jurisprudenciais do Tribunal.

Outras inovações tecnológicas com impacto nos julgamentos e na gestão processual

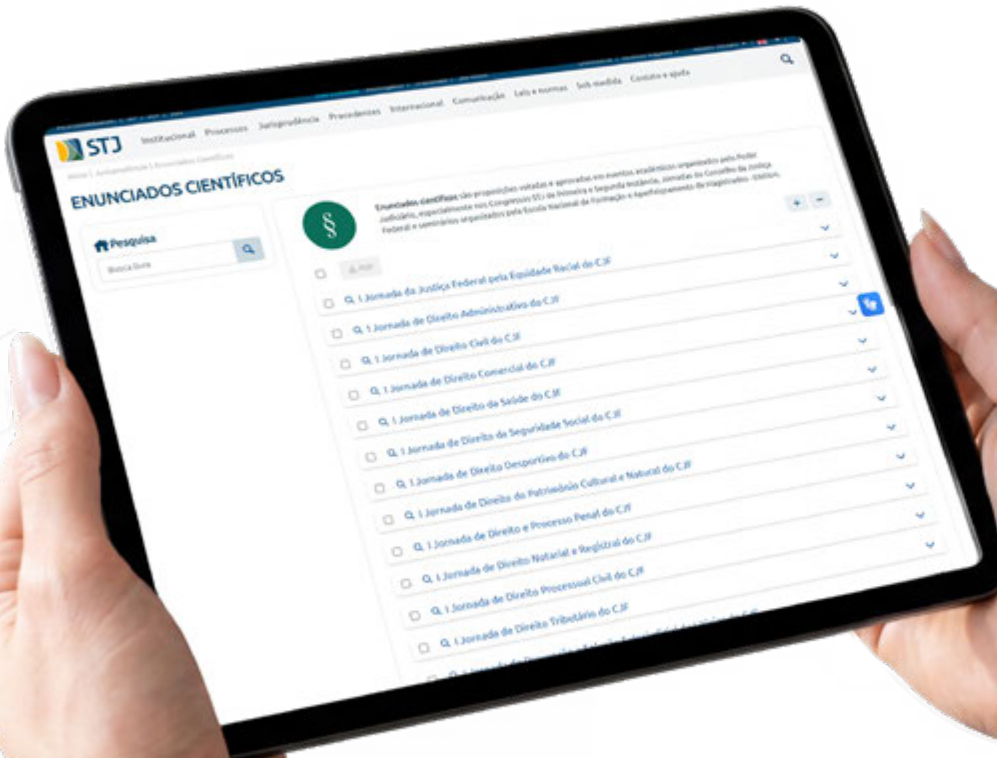
A ação envolveu diversas áreas do Tribunal e possibilitará pesquisas de jurisprudência em linguagem natural, ampliando a eficiência e a acessibilidade dos serviços.

- Desenvolvimento de comandos em Inteligência Artificial para a geração automática dos espelhos dos acórdãos da Terceira Seção, selecionados previamente pela Secretaria de Jurisprudência, com vistas a otimizar o tratamento do grande volume de acórdãos produzidos pela Corte.
- Aprimoramento do *Sistema de Precedentes Web*, voltado ao atendimento de necessidades dos Gabinetes dos Ministros, com a implantação de funcionalidades como “possíveis sobrestados”, com utilização de IA.



- Lançamento do *Entenda a Decisão*, publicação mensal da Secretaria de Jurisprudência, com resumos de teses do STJ em linguagem simples, selecionadas pela relevância jurídica e pelo caráter inovador.

- Criação de página de *Enunciados Científicos* no portal do STJ, com busca por palavra-chave, organização por evento e integração à pesquisa de jurisprudência.



Resultados da Atuação da Secretaria de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas (SPA)

Já a Secretaria de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas (SPA) foi a unidade responsável por auxiliar os Gabinetes dos Ministros a alcançar a maior quantidade de afetações e de julgamento de recursos repetitivos dos últimos 10 anos. Esse setor é responsável, no STJ, pelas primeiras providências na criação de temas repetitivos, com a identificação das matérias e dos processos passíveis de submissão ao rito qualificado. O órgão atua em apoio ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes, Jurisprudência e Ações Coletivas.

Impacto (23.8.2024 a 31.7.2026)

Temas afetados: 191

- Corte Especial: 19
- Primeira Seção: 99
- Segunda Seção: 33
- Terceira Seção: 40

Temas julgados: 139

- Corte Especial: 13
- Primeira Seção: 78
- Segunda Seção: 15
- Terceira Seção: 33

VII Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados

O STJ promoveu o evento em dezembro de 2025, em conjunto com o STF, e as discussões trouxeram temas como a integração entre as unidades de gestão de precedentes e o alinhamento das necessidades e soluções dos envolvidos no sistema.



Resultados da Atuação da Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância (ARP)

Responsável por evitar que recursos inadmissíveis sejam distribuídos aos Gabinetes dos Ministros, a Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância (ARP) tornou-se uma das principais ferramentas da Presidência do STJ para lidar com o intenso fluxo processual – desde gestões anteriores.

Desde 22 de agosto de 2024, a ARP evitou que mais de 250 mil processos tivessem prosseguimento no STJ, com baixíssimo índice de recorribilidade das decisões terminativas.

Triagem de Admissibilidade Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância (ARP)

Impacto (agosto de 2024 a julho de 2026)

- Mais de 250 mil processos foram baixados no período
- Média de processos baixados por Gabinete: 8.333

Eficiência

Até março de 2026, 98,47% das decisões de inadmissão da ARP foram mantidas pelas Turmas.

Ampliação das Sessões Virtuais e Transparência nos Julgamentos

Com o objetivo de aumentar a agilidade e a transparência nos julgamentos, o STJ realizou mudanças no Regimento Interno, oportunizando a expansão das hipóteses de realização de sessões virtuais. Antes da ampliação, no período de 25.08.2022 a 27.08.2024, foram julgados 225.805 processos em sessões virtuais.

A partir da aprovação da Emenda Regimental n. 45/2024, de 28 de agosto de 2024, quase todos os processos originários e recursais podem ser julgados por meio virtual, incluindo *habeas corpus* e processos que venham a formar precedentes qualificados, como recursos repetitivos e Incidentes de Assunção de Competência (IAC). Com isso, o número de julgamentos passou para 349.628.

Impacto

Aumento de 55% no julgamento virtual de processos, inclusive *habeas corpus* e recursos repetitivos.

Suporte

Nova plataforma de julgamentos eletrônicos



Outras Medidas de Gestão Eficiente do Acervo Processual

No STJ, a redução do estoque processual envolve não apenas iniciativas tecnológicas, de reforço do quadro de pessoal e de incentivo às soluções consensuais, mas também inovação por meio de cooperação com outras instituições e de investimento em ferramentas mais avançadas de análise do acervo.

Prescrição intercorrente em ações de improbidade administrativa

Criação, no *Sistema Justiça Web*, de serviço de estimativa da prescrição intercorrente nessas ações, para que possa haver melhor monitoramento e triagem dos casos, além da definição de prioridades nos Gabinetes dos Ministros.

Colaboração com a Defensoria Pública

Desenvolvimento de pesquisas de jurisprudência com o objetivo de analisar os entendimentos do STJ, apresentando os resultados de forma estruturada em painel interativo no *Power BI*. Essas análises foram elaboradas para subsidiar as ações previstas no Acordo de Cooperação que visa à racionalização da tramitação dos processos relacionados às Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal, bem como à execução de projetos e eventos de interesse comum, com foco na prevenção de litígios e no gerenciamento de precedentes qualificados, entre outras iniciativas estratégicas. Outra iniciativa

que envolve a defensoria pública é o estudo do recebimento de *habeas corpus*, mapeando os temas não conhecidos ou denegados para fortalecer a cooperação.

Execuções, Precatórios e RPVs

Com apoio da Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial e da assessoria da Presidência, houve substancial redução do número de cumprimento de sentenças e incidentes em precatórios/RPVs pendentes de julgamento. Em junho de 2024, havia 1.821 processos pendentes de decisão. Em julho de 2026, havia 1.005 pendentes na 1ª, 2ª e 3ª Seções e na Presidência do STJ, redução de aproximadamente 45% do total do acervo.

Base de Óbitos

O projeto *Base de Óbitos em Processos Judiciais* permitiu utilizar informação sobre óbitos para avaliar possível extinção do processo por falecimento da parte, agilizando os procedimentos cartorários nesses casos.

Painel Amicus Curiae

Elaboração de painel inteligente sobre a atuação de *amicus curiae* no STJ.

Portal de Precedentes Qualificados do STJ

Desenvolvimento de nova página voltada ao público externo, para disponibilização de atualizações e demonstração do impacto da adoção do sistema de precedentes no Tribunal.

Atendimentos a Advogados Realizados pela Presidência

Entre setembro de 2024 e julho de 2026, a Presidência realizou 3.740 atendimentos a advogados no âmbito de processos e recursos em tramitação no Tribunal. A maioria dos atendimentos correspondeu a Agravo em Recurso Especial (AREsp), seguido dos o *habeas corpus* (HC), com 21,41% dos agendamentos. As classes com menor número de atendimentos foram Agravo de Instrumento (Ag), Ação Rescisória (AR), Requisição de Pequeno Valor (RPV) e Revisão Criminal (RvCr), que representam 0,02% do total de audiências no período.

Os atendimentos são realizados por meio do Balcão Virtual, operacionalizado pela plataforma Zoom, e registrados no *Sistema Integra*. Além disso, os atendimentos judiciais contam com o apoio do Espaço do Advogado, que disponibiliza aos operadores do Direito estações de trabalho, computadores e Ponto de Inclusão Digital (PID). O ambiente também conta com sala de reuniões e oferece maleiros individualizados, impressora e máquina de bebidas quentes. Nele, há uma equipe treinada para prestar informações processuais e auxiliar nos sistemas informatizados do STJ, com atendimento presencial e personalizado.

Classes Processuais	Balcão Virtual	Presencial / Telefone	Atendimentos por Classe Processual
AREsp	2.289	61	62,83%
HC	662	139	21,41%
RHC	14	0	0,37%
MS	10	0	0,26%
RMS	10	0	0,22%
REsp	74	1	2,00%
HDE	55	0	1,47%
SLS	44	30	1,97%
SS	13	12	0,65%
EAREsp	32	1	0,88%
EResp	31	0	0,82%
TutCautAnt	16	0	0,42%
TutAntAnt	13	0	0,19%
Rcl	17	2	0,48%
CR	9	0	0,25%
ExeMS	9	1	0,26%
Pet	8	1	0,25%
Prc	8	0	0,22%
CC	3	0	0,08%
APn	2	0	0,05%
ExeAR	1	1	0,05%
RPV	1	0	0,02%
AR	1	0	0,02%
Ag	1	0	0,02%
RvCr	1	0	0,02%
Total	3.339	250	3.740

NOVAS LEIS E NORMAS ADMINISTRATIVAS

Inovações Normativas: Racionalização do Acervo e Fortalecimento da Jurisdição

Aprovação da Lei da Relevância da Questão de Direito Federal Infraconstitucional (RQF – Lei n. 15.484/2026)

Em conquista histórica para o STJ, após quatro anos da aprovação da Emenda Constitucional n. 125/2022, houve a Regulamentação, pelo Congresso Nacional, do estabelecimento da relevância da questão federal infraconstitucional (RQF) como condição para conhecimento do recurso especial (Lei n. 15.484/2026).

A partir da nova legislação, foi elaborada proposta de Emenda Regimental (ER) pelas equipes da Presidência (com o encaminhamento à Comissão de Regimento Interno) a fim de viabilizar a aplicação prática do novo instituto e, com isso, concretizar a promessa constitucional de transformar o STJ em uma verdadeira Corte de Precedentes.



Aprovação da Emenda Regimental n. 53/2026



Foi elaborada e aprovada a ER n. 53/2026, introduzindo três importantes mudanças no Regimento Interno do STJ (RISTJ). A primeira, atribuindo às turmas o julgamento de MSs, HDs e HCs contra atos de Ministros de Estado e, também, das reclamações pela observância de seus próprios julgados, liberando espaço, assim, para que as Seções possam se dedicar com mais afinco à fixação de teses. A segunda, possibilitando à Presidência, nos termos de regulamento a ser editado, decidir, no âmbito das Seções, os agravos internos e regimentais contra as suas decisões proferidas com apoio da ARP, sendo possível, com isso, deixar de distribuir aos Gabinetes estes recursos (como acontece na atualidade). E a terceira, estabelecendo a possibilidade de as partes/advogados apresentarem um resumo estruturado nas petições iniciais e recursais dirigidas ao STJ – nos termos de regulamento da Presidência já encaminhado para aprovação –, o que facilitará a aplicação de técnicas de gestão e triagem do acervo.



Criação de Cargos e Varas na Justiça Federal

O Pleno do Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, no período compreendido entre agosto de 2024 e julho de 2026, o encaminhamento de 5 (cinco) anteprojeto de lei ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Após a aprovação pelo STJ, foram encaminhados ao Poder Legislativo. Dessas proposições, duas já foram deliberadas, resultando na publicação das Leis n. 15.393/2026 (PL n. 4.278/2025 – criação de cargos de desembargador para o TRF5) e 15.401/2026 (PL n. 6.539/2025 – criação de varas na SJAM e na SJMS).

Os três projetos de lei restantes encontram-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Outrossim, em 12 de agosto de 2026, o Senado Federal, na condição de Casa Revisora, aprovou o PL n. 429/2024 – emenda global substitutiva ao PL n. 5.827/2013, anteriormente aprovado pela Câmara dos Deputados. Atualmente, o processo legislativo encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, na fase de “análise de emendas”.

A tabela a seguir consolida os dados dos anteprojeto, as respectivas datas de aprovação nos órgãos colegiados, a autuação recebida na Casa iniciadora (Câmara dos Deputados) e a situação atual do processo legislativo:

Projeto de Lei	Autos CJF	Objeto	Aprovação CJF	Aprovação STJ	Situação
PL n. 3.417/2026	0000352-11.2026.4.90.8000	Criação de 15 Varas Federais nas Seções Judiciárias do Distrito Federal, Pará, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará.	17/03/2026	10/06/2026	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados
PL n. 3.419/2026	0001966-49.2026.4.90.8000	Criação de 4 Varas Federais na Seção Judiciária de Minas Gerais	29/05/2026	10/06/2026	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

PL n. 4.278/2025	0010326- 52.2024.4.05. 7000	Criação de três cargos de Desembar- gador Federal para o TRF5	17/02/2025	20/03/2025	Lei n. 15.393/2026
PL n. 429/2024 (5.827/2013 e 7.735/2017)	0000282- 18.2019.4.90. 8000	Custas judiciais no âmbito da Justiça Federal e do seu res- pectivo Fundo Espe- cial - FEJUFE	21/03/2013	17/05/2017	Aprovado pelo Plenário do Senado Federal (Casa Revisora). Re- cebido pela Mesa da Câ- mara dos De- putados em 12/08/2026.
PL n. 6.359/2025	0002647- 90.2023.4.90. 8000	Criação de oito varas federais nas Seções Judiciárias do Ama- zonas e do Mato Grosso do Sul	12/09/2025	03/12/2025	Lei n. 15.401/2026
PL n. 1.560/2025	0000454- 11.2025.4.90. 8000	Aperfeiçoa a le- gislação que trata da transferência e inclusão das pessoas privadas da liberdade em estabelecimentos penais federais de segurança máxima, criando o colegiado de juízes correge- dores dos estabe- lecimentos penais federais de segurança máxima e alterando o procedimento dos processos de inclu- são e de prorrogação da permanência da pessoa privada da liberdade no sistema penitenciário federal.	17/02/2025	20/03/2025	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

O presidente do STJ e do CJP, ministro Herman Benjamin, visitou locais remotos na Amazônia Legal e no Mato Grosso do Sul para verificar a necessidade de novas varas da Justiça Federal.



Fundo de Custas da Justiça Federal

Deve ser dado especial destaque ao PL n. 429/2024, aprovado em 12 de agosto de 2026 pelo Senado Federal, na condição de Casa Revisora, como emenda global substitutiva ao PL n. 5.827/2013.

O Projeto de Lei n. 429/2024, originado em 2013 (PL n. 5.827/13), foi aprovado na Câmara em fevereiro de 2024 e seguiu para o Senado, onde foi aprovado em 11/08/2026. Em razão das alterações feitas no Senado Federal, foi devolvido à Câmara dos Deputados e, após os debates e articulações, o projeto foi aprovado em 12/08/2026, aguardando atualmente a sanção presidencial. O fundo é considerado um instrumento indispensável para a real autonomia administrativa da Justiça Federal, sendo crucial para a interiorização, a criação de unidades em fronteiras e a especialização de varas em matérias sensíveis, como as ambientais, indígenas e quilombolas.



A proposta estabelece novas regras para o pagamento de custas judiciais na Justiça Federal, cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe) para mo-

dernizar e equipar a Justiça Federal e revoga a legislação anterior sobre custas judiciais. As custas serão pagas por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) e haverá isenções em alguns casos, como os da União e os de pessoas com insuficiência de recursos.



UMA SÓ JUSTIÇA: INTEGRAÇÃO DO STJ COM A MAGISTRATURA FEDERAL E ESTADUAL

Participação do Presidente nas Posses de Novos Juízes e Juízas Federais e Estaduais

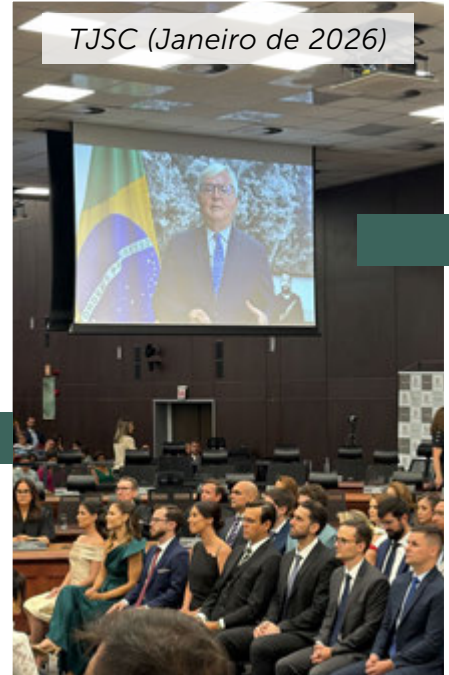
De forma inédita, o presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, participou – presencialmente ou por meio de saudação gravada – das posses de juízas e juizes federais e estaduais que aconteceram ao longo de sua gestão. As participações abrangeram as seguintes instituições: TRF4, TJSC, TJGO, TRF1, TJAC, TJSC, TJPR, TJAL, TRF3, TJSC e TJMA.



TJMA (Fevereiro de 2026)



TJSC (Janeiro de 2026)



TRF4 (Setembro de 2024)



TJBA (Fevereiro de 2026)



TJAL (Dezembro de 2025)



1º e 2º Congressos da Primeira Instância Federal e Estadual



Concebido para aproximar o STJ da magistratura de primeiro grau e impulsionar uma atuação judicial mais integrada e efetiva, o evento inédito transformou o diálogo entre instâncias em produção técnica coletiva. A edição inaugural, realizada em dezembro de 2025, reuniu mais de 200 participantes, recebeu mais de 1.800 propostas e resultou na aprovação de 257 enunciados relacionados a cinco eixos temáticos.

O presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, enfatizou que a primeira instância representa a porta de entrada do acesso à Justiça, uma das garantias fundamentais do Estado de Direito. “São vocês que abrem a porta para que brasileiras e brasileiros cheguem ao Poder Judiciário”, afirmou, dirigindo-se aos juízes.



Confira a íntegra do evento no **canal do STJ no YouTube**



STJ foi palco de amplo debate com a Primeira Instância

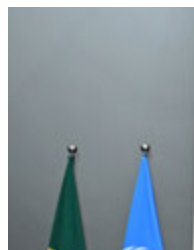
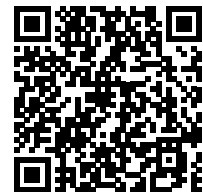


Em junho de 2026, a segunda edição deu continuidade a esse ciclo de cooperação, voltada aos desafios concretos da Justiça de primeiro grau e à atuação harmônica entre as instâncias. A iniciativa estimulou a cultura de precedentes, a troca de experiências de gestão, o uso qualificado de soluções tecnológicas e a construção de respostas para temas recorrentes da Justiça brasileira.



Na nova etapa, foram submetidas 1.353 propostas, selecionadas 202 e aprovados 149 enunciados em cinco eixos temáticos, voltados à evolução da governança judicial, à interpretação uniforme do Direito e à aplicação mais efetiva da prestação jurisdicional.

Confira a íntegra
do evento no **canal
do STJ no YouTube**



1º e 2º Congressos da Segunda Instância Federal e Estadual



Voltado à articulação entre o STJ, os seis Tribunais Regionais Federais e os 27 Tribunais de Justiça, o evento inédito consolidou um espaço de deliberação técnica sobre os desafios comuns da jurisdição de segundo grau. O 1º Congresso, realizado em setembro de 2025, aprovou 131 enunciados em cinco eixos temáticos.

O exame das propostas de enunciados contou com uma Banca Científica formada por 55 membros da magistratura federal e estadual. Para o presidente do STJ, o congresso representa uma “virada de página” do antigo distanciamento entre as cortes superiores e os tribunais estaduais e regionais.



Confira a íntegra
do evento no **canal**
do STJ no YouTube



Em maio de 2026, a segunda edição confirmou o alcance e o sucesso da iniciativa: foram recebidas 737 propostas de Enunciado, das quais 178 foram selecionadas para discussão presencial de 254 participantes – quase 20% a mais que no ano anterior. A Banca Científica, formada por 67 magistradas e magistrados de todas as regiões do país, assegurou diversidade regional, institucional, de gênero e de perspectiva jurídica



Ao final, foram aprovados 127 enunciados nos eixos Institucional, Direito Público, Direito Privado, Direito Penal e Direito Processual Civil. O resultado fortalece a cultura de precedentes, amplia a construção coletiva de soluções e integra novos instrumentos de orientação técnico-jurídica à base de jurisprudência do STJ.

Confira a íntegra
do evento no **canal
do STJ no YouTube**



Fortalecimento das Relações Institucionais



Encontros nacionais do Conseppe

No âmbito do fortalecimento das relações institucionais, o STJ participou de sete encontros do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Conseppe): Paraíba, Goiás, Santa Catarina, Maranhão, Bahia, Pernambuco e Manaus.



Instalação das Varas ambientais na Bahia



O STJ participou da instalação das Varas Regionais de Meio Ambiente, Conflitos Fundiários e Proteção de Direitos dos Povos Originários e das Comunidades Quilombolas do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), sediadas em Salvador e Porto Seguro.

As unidades respondem a um expressivo volume de demandas ambientais – só a região metropolitana de Salvador concentra cerca de 42% do total baiano – e reforçam a especialização jurisdicional em temas ambientais, fundiários e de proteção a povos indígenas e comunidades quilombolas.



Agenda de visitas institucionais

Outra iniciativa foi o início de visitas institucionais pelos estados, contemplando o diálogo com as Justiças Federal e estadual, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil. Desde o início da gestão, o STJ promoveu encontros em diversos estados, iniciando pelos mais distantes. As agendas percorreram Amapá, Santa Catarina, Roraima, Maranhão, Mato Grosso do Sul e interior do Amazonas.





Capacitação da Enfam

Os magistrados e magistradas recebem capacitação por meio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), responsável pela oferta de cursos e pela ambientação dos novos membros do Judiciário. Esse processo é feito com apoio do STJ e as turmas podem conhecer de perto o Tribunal.



Colaboração Estreita com as Associações Nacionais de Magistrados

A gestão manteve diálogo institucional permanente e colaboração estreita com as principais associações representativas da magistratura brasileira. A aproximação consolidou-se em apoio à agenda de eventos, debates sobre valorização da carreira e iniciativas de interesse comum do Poder Judiciário. Símbolo desse vínculo, as posses das presidentes da AMB e da AJUFE foram realizadas no STJ, reafirmando a relação de proximidade construída ao longo do biênio.

AMB

A parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) pautou-se pelo fortalecimento do diálogo entre a Corte e a magistratura nacional. Ao longo da gestão, representan-



Posse da juíza Vanessa Ribeiro Mateus, realizada em 17 de dezembro de 2025, no STJ



Ex-presidente da AMB, Frederico Mendes

tes da AMB participaram de eventos promovidos pelo Superior Tribunal de Justiça, com contribuição em temas de interesse central para a carreira.

A realização, no STJ, da posse da magistrada do Tribunal de Justiça de São Paulo Vanessa Ribeiro Mateus como presidente da AMB conferiu caráter simbólico à parceria: aproximou a Corte das pautas associativas

e reafirmou o reconhecimento institucional do papel das entidades representativas na construção de um Judiciário mais eficiente e valorizado.

AJUFE

Com a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE), a colaboração concentrou-se no diálogo técnico e institucional voltado à magistratura federal. A Presidência acompanhou as pautas da Associação relacionadas à estrutura da Justiça Federal, à criação de varas e à valorização dos juizes federais, em ambiente de cooperação institucional contínua, consolidado ao longo da gestão.



Posse da juíza Ana Lya Ferraz da Gama Ferreira, realizada em 10 de junho de 2026, no STJ



Ex-presidente da Ajufe, Caio Marinho

A interlocução entre o STJ e a AJUFE estreitou-se com a posse da presidente da associação, magistrada Ana Lya Ferraz da Gama Ferreira, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, realizada na Corte — ato que consolidou canal permanente de diálogo em benefício da administração da Justiça e dos magistrados representados.



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Inteligência Artificial Generativa

Lançamento do *STJ Logos*

Com o lançamento do *STJ Logos*, em fevereiro de 2025, o Tribunal passou a contar com Inteligência Artificial Generativa para agilizar a análise processual.

STJLogos

A solução otimiza a análise de processos e documentos e auxilia na elaboração de minutas de decisões, reduzindo tarefas repetitivas. Por ter sido desenvolvido internamente e estar em ambiente controlado e monitorado, o *STJ Logos* possui salvaguardas para garantir o uso ético e responsável, sem dependência tecnológica em relação a empresas e atores externos.

O STJ promoveu a capacitação contínua dos servidores que atuam nos Gabinetes. A partir desses cursos e da gradativa integração da tecnologia na rotina de trabalho, identificou-se um aumento da produtividade dos Gabinetes.

Uma pesquisa de produtividade que comparou janeiro a junho de 2024 – período anterior à adoção do sistema – com o mesmo intervalo de 2026 apurou aumento aproximado de 25% no número de decisões dos Gabinetes que utilizaram o sistema em, pelo menos, um quarto das minutas. Entre fevereiro de 2025 e junho de 2026, 261.117 decisões foram minutasdas com o auxílio dos principais recursos do *STJ Logos*.



Ferramenta evidencia compromisso com a modernidade



Mais de 1.100 servidores já foram capacitados



Inteligência Artificial tem auxiliado na análise de processos



Em constante evolução, o *STJ Logos* permite o desenvolvimento de diversas funcionalidades além do “Bate-Papo/*chat* Processual”, como a consulta em linguagem natural do acervo e da jurisprudência e a revisão gramatical conforme parâmetros pré-selecionados.

A ferramenta possibilita, ainda, a customização e criação de comandos por Gabinete, por meio da *Central de Comandos*, bem como o compartilhamento de textos e boas práticas entre as unidades.

■ Capacitação

Desde o dia seguinte ao lançamento do *STJ Logos*, o Tribunal vem capacitando os servidores tanto no uso das ferramentas disponíveis no dia a dia, quanto na compreensão dos benefícios e riscos do uso da IA no Sistema de Justiça.

Além de capacitações abertas a todo o Tribunal, foram oferecidos cursos mandatórios divididos pelas três Seções de julgamento e por Gabinetes. Servidores dos 33 Gabinetes foram capacitados de maneira prática para o melhor uso do sistema, com ênfase na construção, refinamento e aplicação de comandos (*prompts*) para a elaboração de minutas de documentos.

Em maio de 2025, o STJ, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ofereceu a oficina *Inteligência Artificial e Estado Democrático de Direito*, que apresentou exemplos de uso ao mundo e metodologias de análise de impacto ético de IA. Participaram 65 servidores de diversas unidades e 14 Gabinetes.

No total, já foram capacitados mais de 1.100 servidores, com 2.410 habilitações (considerando, inclusive, aqueles que concluíram mais de um curso).

■ Boas Práticas com IA

Em maio de 2026, o STJ lançou a série *DiáLogos*, voltada à divulgação de boas práticas, experiências e soluções desenvolvidas com o uso do *STJ Logos*. A iniciativa estimula o compartilhamento de comandos e a replicação de usos bem-sucedidos por Gabinetes e unidades administrativas, fortalecendo a aplicação colaborativa da IA no Tribunal.

Benefícios

- Modernização da análise e elaboração de minutas de documentos judiciais
- Maior eficiência na gestão do acervo processual
- Personalização da revisão gramatical e estilo textual



STJ DIÁLOGOS

Muito além de oferecer tutoriais técnicos sobre a ferramenta de inteligência artificial da Corte, a iniciativa buscou estimular a intensa troca de experiências e o compartilhamento de boas práticas no uso diário do *STJ Logos*.

Por meio desse ambiente colaborativo, servidores e magistrados passaram a atuar em rede, disponibilizando e adaptando comandos (*prompts*) diretamente no sistema para que outras equipes pudessem replicar soluções ágeis, otimizando fluxos de trabalho sem abrir mão da autonomia de cada Gabinete.

Essa estratégia focada na integração contínua entre as equipes garante que as descobertas e o amadurecimento tecnológico de uma única unidade impulsionem diretamente a produtividade, a eficiência e a cultura de inovação de todo o Tribunal.

Inteligência Artificial para a Gestão de Acervos e Precedentes

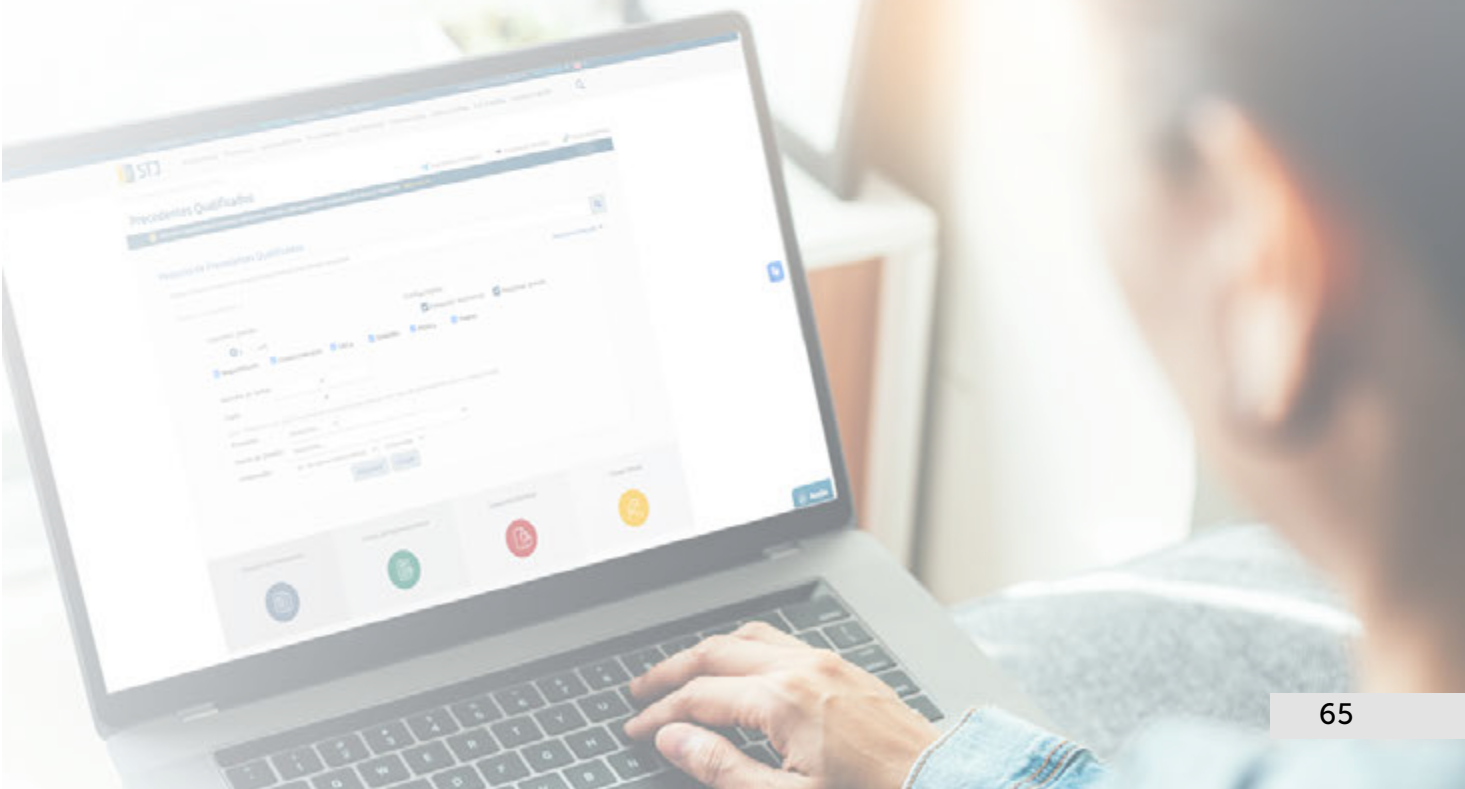
IA e automação na Jurisprudência da Terceira Seção

A alta produtividade dos Gabinetes da Terceira Seção exigiu inovação no tratamento dos acórdãos, com o desenvolvimento de comandos em inteligência artificial para a geração automática dos espelhos dos acórdãos selecionados pela Secretaria de Jurisprudência. Também motivou a adoção de um novo procedimento para separação, tratamento e disponibilização de acórdãos na base de dados de jurisprudência do Tribunal. Agora, duas bases de pesquisa são geradas: uma completamente automatizada e outra manual, tratada pelos analistas.

Monitoramento avançado de precedentes

A evolução dos trabalhos de amadurecimento da cultura de precedentes no STJ fez surgir a necessidade de construir um novo sistema para o público externo, com a disponibilização de novos dados e a demonstração do impacto da adoção do sistema de precedentes no Tribunal. Para atender essa demanda, foi lançado o novo *Portal de Precedentes Qualificados* no STJ.

A nova aplicação tem o objetivo de facilitar a pesquisa de informações sobre os precedentes qualificados e atingir o maior número de pessoas possível.



Tecnologia da Informação e Infraestrutura Tecnológica

O STJ investiu R\$ 297,4 milhões em novas contratações de soluções de tecnologia da informação aprovadas pelo Conselho de Administração. Somente em segurança da informação foram investidos R\$ 43,2 milhões para tornar todas as etapas de acesso e modificação de arquivos mais seguras e confiáveis. Confira as principais contratações destinadas a beneficiar todas as áreas do Tribunal:

- Investimento para a segurança, governança e auditoria de credenciais de usuários. A solução automaticamente localiza dados, remedia riscos e previne ameaças. Em conjunto com outras áreas do Tribunal, a ferramenta detecta e classifica dados de acordo com as regras da LGPD
- Atualização dos equipamentos de rede nos plenários de julgamento
- Novo contrato para utilizar o *Gov Shield*, plataforma de segurança em nuvem que protege sites de órgãos públicos e instituições do sistema S. Atua como uma barreira entre o usuário e a aplicação *web*, bloqueando ameaças antes que cheguem ao serviço
- Contratação de serviços *multicloud*: ao invés de ficar vinculado a apenas uma solução tecnológica, esse contrato permite que o STJ tenha acesso aos principais provedores de serviços na nuvem
- Investimento para a renovação de licenças de *software* utilizadas pelo Tribunal no ambiente Microsoft. Agora, diversos recursos de IA foram integrados às plataformas para melhorar a experiência do usuário
- Suporte para os *datacenters*: com foco na segurança das informações, foram realizados investimentos para a manutenção de equipamentos de virtualização dos *datacenters* do Tribunal

Parque tecnológico

O STJ promoveu a modernização de seu ambiente computacional, com a renovação de *switches* (infraestrutura de rede), *storages* (armazenamento de dados), *notebooks* e implementação de soluções de inteligência artificial.

Ampliação da Rede

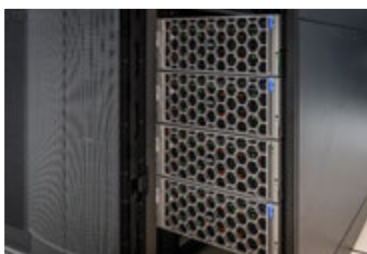
O STJ concluiu a implantação da nova *Infovia-JUD*, com foco na manutenção e ampliação da rede de longa distância (*WAN*) que interliga o Tribunal aos demais órgãos do Poder Judiciário, assegurando um ambiente seguro, confiável e de alto desempenho para a tramitação de processos digitais.

Admissibilidade com IA

O STJ concluiu a implantação do projeto estratégico *Admissibilidade Cotejada* com uso de Inteligência Artificial. Com a entrega de todas as funcionalidades em junho de 2026, a ferramenta passou a oferecer novos recursos tecnológicos para otimizar o fluxo de tramitação dos processos no Tribunal.

Investimentos em infraestrutura de IA

O Tribunal adquiriu servidores para processamento de Inteligência Artificial com aceleradores *GPU* para possibilitar o uso de soluções, sem dependência tecnológica, ao ambiente interno do Tribunal.



Modernização Digital com Impactos Diretos na Gestão Jurisdicional

Novas ferramentas

- Domicílio Judicial Eletrônico (DJEN) e integração ao portal Jus.br.
- *PagTesouro* para certificação automatizada de custas.



- **Disponibilização** aos Ministérios Públicos de **listagens diárias dos habeas corpus impetrados na Corte**, via *link* direto – a medida facilita o acompanhamento da tramitação das ações pelo *Parquet*.

Atualização do Sistema Justiça Web

- Aplicação conta agora com módulo para registro e acompanhamento de prescrição de penas.

Compartilhamento de dados com o Supremo Tribunal Federal (STF)

Foi construído um painel que visa ao compartilhamento de informações e dados para reduzir a litigiosidade e a atuação repetitiva no STJ e no STF.

Com o novo painel, os servidores do STF conseguem visualizar antecipadamente quantos e quais recursos extraordinários serão recebidos nos próximos 10 dias.

A ferramenta também permite identificar questões jurídicas a serem submetidas à sistemática de julgamento de precedentes qualificados nos dois tribunais.





Informações visualmente atrativas

Elaboração de um Painel de *Business Intelligence* do *Sistema Justiça*, voltado a auxiliar os gestores dos gabinetes na distribuição e utilização das funcionalidades do *Sistema Justiça Web* disponibilizadas e aplicadas a cada usuário da unidade, dando maior transparência e agilidade nos gerenciamentos dos acessos.

Evolução tecnológica do Portal

O Portal do STJ evolui para uma nova plataforma de gestão de conteúdo, proporcionando mais integração, eficiência e agilidade na publicação de informações. A solução também permitirá a geração de dados e indicadores para apoiar a tomada de decisões e preparar o ambiente digital para novas funcionalidades e serviços.

Jurisprudência com pesquisa

Conclusão da migração do banco de dados, oferecendo novas possibilidades de pesquisa da vasta jurisprudência do STJ.



GESTÃO ADMINISTRATIVA



Assessoria de Juízes e Transparência de diárias da Administração Superior

Juizes Auxiliares da Presidência no Biênio

O Presidente, por disposição do Regimento Interno do STJ (art. 21-B), pode convocar até sete magistrados para auxiliarem à Presidência. Não obstante essa prerrogativa, somente cinco cargos foram efetivamente preenchidos no biênio.

Além disso, cabe-lhe convocar um juiz para ser o Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal (CJF) e um outro para auxiliar a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Controle de Diárias Pagas ao Presidente e Assessoria no Biênio

Os deslocamentos do Ministro Presidente em território nacional para o exercício de atividades da Presidência foram, em regra, realizados sem o acompanhamento de assessoria e segurança, que ocorria apenas de maneira excepcional, quando absolutamente necessário.

A tabela ao lado apresenta, de forma consolidada, as diárias concedidas ao Ministro Presidente e, nos casos em que houve acompanhamento ou atividades isoladas, aos integrantes de sua assessoria judicial, administrativa e técnica, conferindo transparência aos gastos totais correspondentes a esses deslocamentos.

Diárias de viagens nacionais a serviço da Presidência –
Biênio de 22/08/2024 a 19/08/2026

Cargo	Quantidade de diárias nacionais
Ministro Presidente	49,25
Secretário-Geral da Presidência (magistrado)	4
Secretário Judicial da Presidência (magistrado)	0,75
Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal (magistrado)	3,5
Três juízes auxiliares da Presidência	13
Diretor-Geral	0
Assessor-Chefe de Relações Internacionais (diplomata)	12
Secretária de Segurança Institucional (delegada federal)	17,75
Assessora-Chefe de Cooperação Técnica e Eventos Especiais	14,25
Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação	5
Assessora-Chefe de Cerimonial e Eventos	3

Missões Internacionais

De forma pioneira, com apenas dois cliques no site do STJ, obtém-se informações detalhadas dos custos de missões internacionais da Presidência e Alta Administração do STJ, CJF e ENFAM.

http://www.stj.jus.br/portal/pt/missao

Transparência e prestação de contas

Quadrantes

STJ SUPERIOR

Tribuna da Justiça

Institucional

Processos

Jurisprudência

Precedentes

Internacional

Comunicação

Leis e normas

Sob medida

Contato e ajuda

Páginas sub-mediadas para 2024

Advogado Público Interno Tribunal e Entes públicos

Jurisprudência

Mais opções

Precedentes

Mais opções

Processos

Mais opções

Central do Processo Eletrônico

Domínio Judicial (Notificação Eletrônica)

Diário da Justiça Eletrônico

Atendimento Judicial (81) 3319.8410

Links

Avisos

Cooperação Internacional

Missões Internacionais a serviço STJ/CJF/Enfam

Em meio a políticas que elevam a mídia internacional, o STJ está fortalecido, à luz da legislação federal e das normativas aplicáveis, e a permissão e o que é vedado em matéria de controle judicial. Lata

Novos dirigentes do STJ tomam posse no dia 19

Profissionais de imprensa devem se credenciar para a cobertura

Lei Maria da Penha, 20 anos de luta contra a violência

Reportagem especial sobre o impacto das decisões do S

Missões Internacionais a serviço STJ/CJF/Enfam

Download o arquivo completo - Excel

LISTA DE AFILIAÇÕES DO BIL e SERVIÇO (STJ, ENFAM e CJF)

22 de agosto de 2024 a 28 de junho de 2026

Favorecido	Carga / Função / Atribuição	UG	Data ida	Data volta	Destino - País	Destino - Cidade	Motivo de viagem	Quantidade de diárias	Valor das Diárias
2024									
Humberto Moreira Moraes	Analista Judiciário /CJ	STJ	04/06/2024	06/06/2024	USA	Orlando	Participar como representante da 1ª edição do EXPOJUD USA University of Central Florida	3	R\$ 6.472,77
Antônio Marcos de Vasconcellos e Benedito	Híbrido	ENFAM	01/04/2025	04/04/2025	Chile	Santiago	Participar do XIV Congresso da Associação Internacional de Altas Jurisdições Administrativas (IAAJA - IAJAA)	4	R\$ 22.408,17
Leandro Pereira da Silva	Analista Judiciário /CJ	ENFAM	24/05/2025	02/06/2025	Angola	Luanda	Visita Oficial ao Conselho Superior da Magistratura de Angola (CSMA)	3	R\$ 16.305,99
Antônio Marcos de Vasconcellos e Benedito	Híbrido	STJ	27/04/2025	30/04/2025	Portugal	Lisboa	Agência de Notícias Presidência no Primeiro Nacional da Justiça e no Primeiro Tribunal Administrativa, na Cidade de Lisboa, a ser realizado em relação, no Porto, Portugal	4	R\$ 22.197,00

73

Composição do Tribunal



Sessões do Pleno do STJ

Formação de Listas Tríplexes

No dia 15 de outubro de 2024, o Pleno aprovou duas listas tríplexes para as vagas disponíveis no STJ. A votação foi feita com o uso de urnas eletrônicas, o que assegurou o sigilo do escrutínio e possibilitou a apuração imediata dos votos depositados. Foram escolhidas três mulheres e três homens.



Votações das listas estão mais rápidas e seguras



Pleno do STJ em votação de listas tríplexes



Pleno do STJ em votação de listas tríplexes

Posse dos novos Ministros



Novos Ministros do STJ tomaram posse em setembro de 2025

Após a formação das listas, o Presidente da República indicou a procuradora Maria Marluce Caldas e o desembargador Carlos Pires Brandão para ocupar as vagas de Ministro do STJ. Eles foram empossados em 4 de setembro de 2025.

Escolha de conselheiros do CNJ e CNMP



Em dezembro de 2025, o Pleno do STJ elegeu três nomes para o preenchimento de duas vagas no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de uma vaga no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Para as vagas no CNJ, foram indicados a desembargadora Andréa Cunha Esmeraldo, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e o juiz federal da 1ª Região Ilan Presser. Para a vaga no CNMP, o Pleno escolheu o juiz Carl Olav Smith, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS).

■ Eleição da próxima gestão

Em abril o Pleno elegeu, por unanimidade, os ministros Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques como novos presidente e vice da Corte para o biênio 2026-2028. O Ministro Benedito Gonçalves foi indicado como o próximo corregedor nacional de Justiça, e o Ministro Raul Araújo será o novo diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Já o Ministro Sebastião Reis Júnior foi eleito diretor da Revista do STJ.

Luis Felipe Salomão

Com mais de 30 anos de atuação na magistratura, sendo 17 deles como ministro do STJ, Luis Felipe Salomão foi juiz e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), além de exercer o cargo de promotor de justiça em São Paulo.



No STJ, integrou a Quarta Turma e a Segunda Seção, especializadas em direito privado, desde sua posse até 2022, quando assumiu o cargo de corregedor nacional de Justiça. Permaneceu na função até 2024, ano em que se tornou vice-presidente do tribunal. Ele também compõe a Corte Especial.

No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi o encarregado da propaganda eleitoral nas eleições presidenciais de 2018 e corregedor-geral nas eleições municipais de 2020.

Ele presidiu, no Senado Federal, a comissão de juristas responsável por propor a legislação que ampliou a arbitragem e criou a mediação no Brasil (Leis 13.129/2015 e 13.140/2015). Também presidiu a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto de reforma do Código Civil.

Mauro Campbell Marques

Natural da cidade de Manaus, o ministro Mauro Campbell Marques chegou ao STJ após uma carreira de mais de duas décadas no Ministério Público do Amazonas (MPAM), instituição que chefiou durante três mandatos. Além da atuação como promotor e procurador de justiça, Campbell foi secretário de Justiça e de Segurança Pública de seu estado natal.



No STJ, o ministro foi integrante da Segunda Turma e da Primeira Seção, especializadas em direito público, além de exercer os cargos de membro titular do TSE, corregedor-geral da Justiça Federal e diretor da Enfam.

Mauro Campbell também presidiu a comissão do Senado responsável por propor normas para a desburocratização da administração pública brasileira, além de comandar a comissão que elaborou o anteprojeto de reforma da Lei de Improbidade Administrativa.

Benedito Gonçalves

O ministro Benedito Gonçalves integra o STJ desde 2008 e, desde 2024, é diretor-geral da Enfam. No STJ, é membro da Corte Especial, da Primeira Seção, da Primeira Turma, da Comissão de Jurisprudência e do Conselho de Administração.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Em 2025, recebeu da UFRJ o título de doutor Honoris Causa.

Benedito Gonçalves também integrou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde foi ministro efetivo e corregedor-geral da Justiça Eleitoral entre 2022 e 2023. Antes de chegar ao STJ, atuou como juiz federal e desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).



Raul Araújo

Natural de Fortaleza, o ministro Raul Araújo integra o STJ desde maio de 2010. Atualmente, é membro da Corte Especial, da Segunda Seção e da Quarta Turma do tribunal.

É bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em Economia pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Também é especialista em Ordem Jurídica Constitucional pela UFC.



Antes de chegar ao STJ, foi desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e procurador-geral do Estado. No STJ, presidiu a Quarta Turma e a Segunda Seção, além de ter exercido funções no Conselho da Justiça Federal e na Enfam. Também integrou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde foi ministro efetivo e corregedor-geral da Justiça Eleitoral.



Aprimoramento de Rotinas Administrativas



A cada quadrimestre, gestores de todas as áreas analisam resultados do Tribunal

Em conjunto com as iniciativas para melhoria da gestão processual e com as inovações tecnológicas, o STJ adotou uma série de ações para aperfeiçoar as atividades e rotinas administrativas, com destaque para o *Plano de Descarbonização*, voltado à redução e à compensação da emissão de gases de efeito estufa no Tribunal; a introdução de um sistema de votação para as listas tríplices mais ágil e seguro; e o lançamento de um módulo de IA no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Mais eficiência

Pelo segundo ano consecutivo, o STJ conquistou o Selo Diamante no *Prêmio CNJ de Qualidade* (2024 e 2025), concedido pelo Conselho Nacional de Justiça.



Modernização da Estrutura do STJ

A reforma do Regimento Interno do STJ (Emendas Regimentais n. 47/2024, e 54/2026) redundou na reestruturação das comissões permanentes de Ministros.

Foram criados três novos colegiados:

- Cooperação Internacional
- Tecnologia da Informação, Inteligência Artificial e Segurança Cibernética
- Gestão da Biblioteca

Reorganização

Fusão das comissões de precedentes e de jurisprudência (Comissão Gestora de Precedentes, Jurisprudência e Ações Coletivas).

Criação

Secretaria Judicial da Presidência (Resolução STJ/GP n. 15/2024).

Readequação da estrutura orgânica

Por meio da Resolução STJ/GP n. 19/2026, que alterou a estrutura orgânica da Corte, foram ajustadas a composição e a lotação dos cargos em comissão e das funções de confiança. A medida deu maior coerência à organização interna, aperfeiçoou a distribuição de responsabilidades e reforçou a capacidade administrativa do Tribunal.

Central de Apoio aos Escritórios Virtuais das Ministras e dos Ministros do STJ

Atua como ponto central de recebimento, registro, acompanhamento e encaminhamento das demandas das Ministras e dos Ministros às unidades especializadas do Tribunal, sob a coordenação do Gabinete do Diretor-Geral, conforme Resolução STJ/GP n. 26/2024.

Sessões administrativas virtuais



Adotado com sucesso em sessões de julgamentos, o formato virtual foi incorporado às deliberações administrativas do STJ, ampliando a agilidade na apreciação de temas institucionais da Corte.

O modelo permitiu acelerar a análise e a aprovação de alterações regimentais, resoluções e outros atos de governança interna, reservando a pauta presencial para matérias que exigem debate mais aprofundado.

Até 31.7.2026, foram realizadas nove sessões administrativas virtuais, sendo seis plenárias e três do Conselho de Administração – um volume que contribuiu para dar maior racionalidade na organização da agenda dos magistrados.

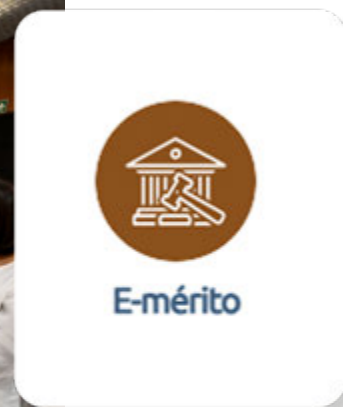
Programa de Aposentadoria *E-mérito STJ*

Em junho de 2026, foi instituído o *Programa de Preparação à Aposentadoria e de Valorização dos Ministros Aposentados do STJ – PPA E-mérito STJ*. A iniciativa visa apoiar Ministras e Ministros em uma transição planejada, suave e qualificada para a aposentadoria.

Alinhado às diretrizes da Resolução CNJ n. 526/2023, o programa busca contribuir para que essa nova etapa seja vivenciada com bem-estar e propósito. Para tanto, prevê ações de atualização de conhecimentos, partilha de novos saberes e promoção do equilíbrio físico, mental e social.

Além de preservar o vínculo de magistrados aposentados com a Corte, valorizando sua trajetória, sua contribuição institucional e o legado construído ao longo da carreira, o *PPA E-mérito STJ* estimulará a participação desses magistrados em atividades instrucionais e de mediação, favorecendo a troca de experiências entre gerações.

A gestão do programa caberá à Assessoria para Assuntos Funcionais de Magistrados (ASM), com apoio de outras áreas técnicas do Tribunal. A iniciativa consolida uma cultura de valorização permanente daqueles que dedicaram suas trajetórias à construção da história e da excelência do STJ.



Plano de Descarbonização

Define metas e ações para reduzir e compensar emissões de gases de efeito estufa (janeiro 2025).



Gases de Efeito Estufa

O diagnóstico das emissões diretas e indiretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) associadas às atividades do STJ possibilitou a elaboração de um plano de mitigação e compensação das emissões geradas para diminuição dos impactos ambientais relacionados à concentração de GEEs na atmosfera.

Acordos de cooperação técnica

Parcerias com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) têm por objetivo promover a inclusão de pessoas com deficiência auditiva por meio de sua atuação na modernização da governança documental dos órgãos cooperados.

Semana da Estratégia



Realizado em março de 2025, para divulgação do Prêmio Radar da Estratégia às unidades e gabinetes, o evento também abrangeu o lançamento do Painel de Governança do STJ e uma Mesa Redonda sobre a Inovação na Gestão de Projetos no STJ.



Criação do *Programa de Integridade e Conformidade do STJ (PICS-STJ)*

A proposta normativa integrou *compliance* e integridade em um programa estruturado institucionalmente.

Módulo SEI IA

Implantação de novo módulo que integra IA ao Sistema Eletrônico de Informações, promovendo gestão mais ágil e eficiente de documentos.



Segurança da informação

Implementação de uma solução de *backup* de dados no Conselho da Justiça Federal (CJF), reforçando a proteção das informações do Tribunal e garantindo segurança mesmo em situação de catástrofes climáticas.

Monitoramento de riscos

Monitoramento de 1.219 contratações no período de 2024 a 2026 com cerca de R\$ 1,3 bilhão cobertos com planos de riscos.

Sistema de gestão de riscos

O *Sistema de Gestão de Riscos (SGR)* foi criado para centralizar, padronizar e fortalecer o gerenciamento dos riscos institucionais, abrangendo todas as etapas do ciclo de gestão — identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação — aplicáveis aos processos de trabalho, contratações e projetos estratégicos, táticos e operacionais do Tribunal.

Certificação de Maturidade em Auditoria Interna

Em junho de 2025, o STJ recebeu certificação de nível 3 (Integrado) no *Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM)*, sendo o primeiro órgão da administração pública direta federal a alcançar esse patamar.

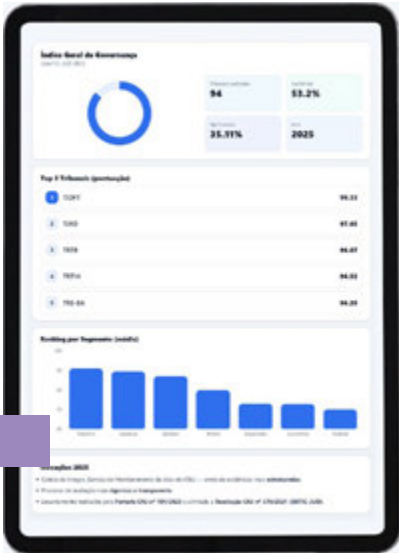
A validação externa, conduzida pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), reconhece que a Auditoria Interna do Tribunal está integrada à governança, atua de forma estratégica e segue padrões internacionais de excelência.



STJ é o primeiro órgão da administração federal com o certificado

Nível de Maturidade iGovTIC-JUD

O STJ alcançou o nível mais elevado de maturidade (Excelência) no *Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)*.



Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

O STJ venceu o Grande Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça de 2025 com a série para as redes sociais *Direito ao Ponto: STJ no Dia do Consumidor*.



- 

Ep1. Aqui tem STJ: Problemas Aviação
Superior Tribunal de Justiça (STJ) ✓
934 visualizações • há 2 anos
1:30
- 

Ep2. Aqui tem STJ: Cadastro inadimplente
Superior Tribunal de Justiça (STJ) ✓
606 visualizações • há 2 anos
1:01
- 

Ep3. Aqui tem STJ: Golpe do boleto
Superior Tribunal de Justiça (STJ) ✓
790 visualizações • há 2 anos
1:13
- 

Ep4. Aqui tem STJ: Roubo estacionamento
Superior Tribunal de Justiça (STJ) ✓
596 visualizações • há 2 anos
1:10
- 

Ep5. Aqui tem STJ: Venda Casada
Superior Tribunal de Justiça (STJ) ✓
815 visualizações • há 2 anos

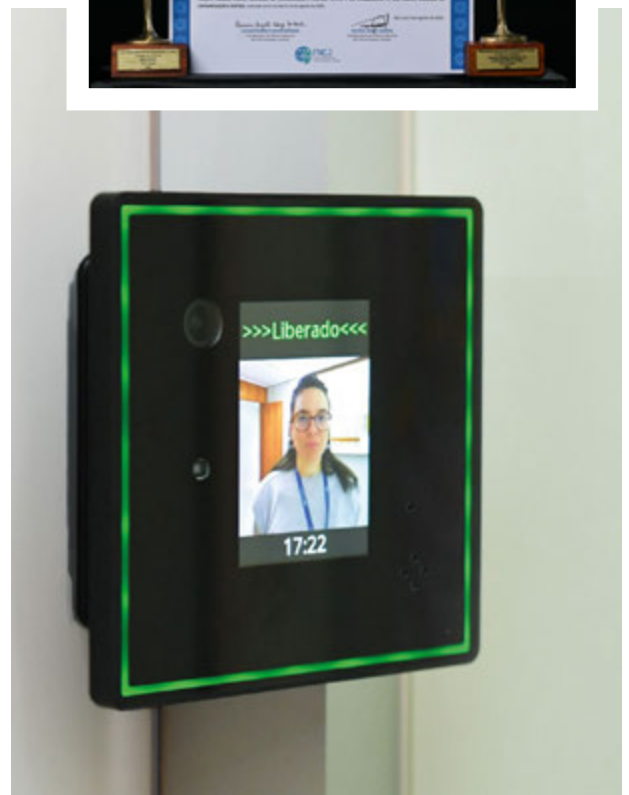


Regulamentação

Serviços de segurança física e eletrônica nas residências de Ministras e Ministros, conforme parâmetros da Resolução n. 435/2021 do CNJ (Resolução STJ/GP n. 9/2025).

Reconhecimento facial

Instalação de sistema de reconhecimento facial para controle de acesso de pessoas cadastradas ao Tribunal e para registro de ponto biométrico dos servidores lotados nas unidades vinculadas à Secretaria do Tribunal.





Doação Criteriosa de Bens

O STJ anualmente doa bens pertencentes ao Tribunal que se encontram ociosos, porém em bom estado de conservação e em condições de uso. Nessa gestão deu-se preferência a instituições que operam na Amazônia, sobretudo para aquelas atuando na Amazônia Legal Brasileira.

Materiais Doados (órgão, bens doados e quantidades)

Conselho da Justiça Federal: computadores (50), webcams (50) e equipamentos de áudio (2).
Exército Brasileiro, sobretudo para Amazônia e unidades de fronteira: computadores (522), monitores (945) e veículos (2).
Hospital da Criança: solução de firewall (7).
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio: computadores (400), monitores (400) e veículos (20).
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan: computadores (400), monitores (400) e webcams (500).
Marinha do Brasil: veículos (9).
Ministério das Relações Exteriores: computadores (226) e monitores (226).
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul: sistema antifurto (4).
Procuradoria Geral do Distrito Federal: solução de firewall (4).
Supremo Tribunal Federal: switches – equipamentos de informática (3).
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá: computadores (8) e monitores (8).
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima: computadores (10) e monitores (10).
Universidade Federal de Roraima: computadores (24) e monitores (24).

Iniciativas para a Valorização dos Servidores

Medidas da administração foram essenciais para valorizar os mais de três mil servidores do STJ:

Aprovação legislativa de FC-6 para todos os Gabinetes

Aprovação da Lei n. 15.262/2025, que cria 330 funções comissionadas de nível FC-6 destinadas aos Gabinetes de Ministro, com extinção dos cargos de “excedentes”.

Valorização dos Servidores CJ-1 a CJ-4 em Cenário de Crescente Complexidade

A defasagem remuneratória dos servidores do Poder Judiciário permanece como um desafio para a valorização e a retenção de profissionais qualificados, especialmente diante do aumento contínuo da complexidade das atividades desempenhadas, da evolução tecnológica dos serviços prestados e da crescente exigência por resultados eficientes e céleres. Embora a recomposição das perdas acumuladas ainda demande avanços, medidas recentes contribuíram para mitigar esse cenário, como a concessão do reajuste de 8% em 2026, o aperfeiçoamento das regras do Adicional de Qualificação e a instituição da GAACTA para ocupantes de cargos em comissão CJ-1 a CJ-4, fortalecendo os mecanismos de reconhecimento e incentivo aos servidores.

Semana do Servidor

O STJ promoveu ações de integração, bem-estar, escuta ativa e celebração da trajetória funcional dos servidores, que contaram com rodas de conversa e palestras de diversos temas, com destaque para o de 2025 – “Com você fazemos história, justiça e futuro”, além de apresentações culturais, estandes de serviços e cerimônias de reconhecimento.

GAACTA

Edição da Resolução STJ/GP n. 30/2026, que criou a GAACTA (*Gratificação por Atuação de Alta Complexidade, Técnica e Administrativa, em Tribunais e Conselhos Superiores*) destinada aos servidores ocupantes de cargos comissionados elevados.



Bolsas de estudo para servidores

Oferta de bolsas para cursos de pós-graduação *stricto sensu* – 10 para mestrado e 10 para doutorado, com custeio institucional de 80% do valor das mensalidades e matrículas –, permitindo aos servidores buscarem formações acadêmicas que estejam alinhadas às áreas de interesse do Tribunal e às suas atribuições específicas.

Adicional de Qualificação

Aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto da Lei n. 15.292/2025, que promove a reestruturação do Adicional de Qualificação dos servidores do Poder Judiciário da União.



Reajuste

Aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto da Lei n. 15.293/2025, que estabelece reajuste de 8% na remuneração dos servidores.

Plano de carreira

Estudos em fase já avançada, juntamente com outros tribunais, para proposição de reestruturação do plano de carreira dos servidores.

InovaSTJ

Premiação buscou reconhecer as práticas e ideias de inovação dos servidores e contou com 53 propostas na fase final. Foram premiadas as três melhores propostas em cada categoria.

Reforma do berçário

O STJ promoveu uma celebração especial pelo Dia dos Pais em 2025. A data marcou a inauguração oficial da ampliação do Berçário do STJ. O espaço, que antes atendia 45 crianças, passou por melhorias estruturais e agora pode acolher até 60 filhos de servidoras e servidores.



Fortalecimento e Melhorias do Pró-Ser

O Pró-Ser é hoje um importante instrumento de cuidado e valorização do corpo funcional do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

Ao garantir assistência à saúde de qualidade a magistrados, servidores ativos e aposentados e seus dependentes, oferece segurança e tranquilidade para o exercício das atividades profissionais.



Com uma rede credenciada e acesso a serviços de saúde adequados, o programa contribui para a qualidade de vida e o bem-estar de seus beneficiários, fortalecendo as instituições e a própria prestação jurisdicional. Cuidar da saúde de quem trabalha pela Justiça é também contribuir para uma Justiça mais eficiente e de qualidade para o cidadão.

O programa ampliou a sua rede, credenciando 30 novas instituições de saúde no DF. Além disso, elaborou um sistema de reembolso eletrônico, agilizando os pedidos feitos pelos servidores.

Assistência Médica – Recursos aportados na atual gestão

No biênio 2024/2026, a Administração do STJ promoveu reforços orçamentários relevantes para assegurar a continuidade do custeio da assistência médica e odontológica dos servidores, magistrados, pensionistas e respectivos dependentes, especialmente por meio de suplementações na Ação Orçamentária 2004 – Assistência Médica e Odontológica.

Suplementação – Ano de 2024

Em dezembro de 2024, foi autorizada suplementação orçamentária de R\$ 35 milhões, mediante ato próprio da Presidência, com aprovação do Conselho de Administração, destinada à cobertura das despesas médicas e odontológicas projetadas para o exercício. O crédito foi viabilizado pelo remanejamento de recursos da Ação 4236 – Apreciação e Julgamento de Causas, sem ampliação do limite fiscal do Tribunal.

Suplementação – Ano de 2025

Em 2025, diante da necessidade de inscrição em restos a pagar e da ampliação das despesas assistenciais, foram realizados aportes adicionais para garantir o equilíbrio financeiro do Programa Pró-Ser. A Administração promoveu suplementação total de R\$ 44.673.093,00, composta por:

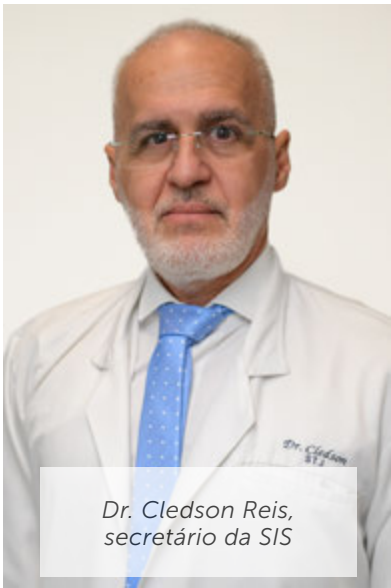
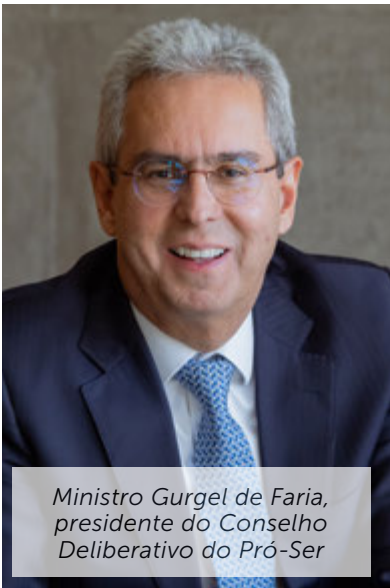
Suplementação de R\$ 31.173.093,00 por ato próprio da Presidência com aprovação do Conselho de Administração;R\$ 13.500.000,00 provenientes de recursos originalmente destinados à construção do Bloco G, autorizados por lei específica. Segundo as informações submetidas ao Conselho de Administração, os recursos tiveram por finalidade assegurar o pagamento das despesas da assistência médica e odontológica executadas em 2025, além de reduzir o volume de despesas a serem reconhecidas em exercícios futuros.

Síntese do Biênio 2024/2026

Exercício	Origem dos Recursos	Valor
2024	Ato próprio da Presidência	R\$ 35.000.000,00
2025	Ato próprio da Presidência	R\$ 31.173.093,00
2025	Recursos do Bloco G	R\$ 13.500.000,00
Total do período:		R\$ 79.673.093,00

Conselho deliberativo do Pró-Ser

Integram o Conselho Deliberativo do Pró-Ser os ministros Francisco Falcão, João Otávio de Noronha, Humberto Martins e Maria Thereza de Assis Moura, Reynaldo Soares da Fonseca, Teodoro Silva Santos e Maria Marluce Caldas, além dos ministros aposentados Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, Antônio de Pádua Ribeiro, Laurita Vaz.



OBRAS ESTRUTURANTES



Construção do Sexto Prédio (Bloco G)

■ Início do processo

O STJ deu início, em setembro de 2024, à construção do Bloco G, último edifício concebido no conjunto arquitetônico idealizado por Oscar Niemeyer para a sede do Tribunal.



Governador recebeu pessoalmente o projeto

Em setembro de 2024, a Presidência do STJ formalizou, junto ao Governo do Distrito Federal (GDF), o pedido de ampliação da poligonal da Corte, etapa necessária para a incorporação da área destinada ao novo edifício. Após tratativas com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o GDF, a ampliação foi aprovada pela Câmara Legislativa do DF em agosto de 2025 (Lei Distrital n. 1.872/2025).



Presidente do Iphan acompanhou pessoalmente o projeto

Em dezembro, o Governo do Distrito Federal assinou um decreto aprovando o projeto urbanístico de reparcelamento do solo que amplia a área do STJ.

O normativo autoriza a atualização das *Plantas de Urbanismo* históricas que incidem sobre o lote, assegurando que todos os registros urbanísticos passem a refletir a nova configuração territorial do imóvel, de forma coerente e unificada.

A gestão instituiu, por meio da Portaria STJ/GDG n. 765/2024, a Comissão de Obras responsável pelo planejamento e pelo acompanhamento do empreendimento, cujo prazo estimado é de 42 meses – 12 para projetos e 30 para execução.

Importância do Bloco G

O novo edifício propiciará a realocação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação em ambiente próprio e seguro, reforçando a preservação da segurança institucional, a proteção de dados sensíveis e a continuidade das operações críticas da Corte.

De forma concomitante, o novo prédio também possibilitará:

- A instalação da sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), liberando sua atual sede para a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que ganhará espaço definitivo para suas atividades pedagógicas

- A implantação de ambiente moderno para a Biblioteca, ampliando sua utilização pelo público interno e externo
- A criação de novas vagas de estacionamento, em atendimento às exigências urbanísticas
- A construção de auditório intermediário para cerca de 200 pessoas, destinado a eventos institucionais, com maior eficiência e menor custo de manutenção

O projeto prevê ainda a preservação e a ampliação das áreas verdes do *campus*, com o plantio de pelo menos 1.300 árvores, reforçando o compromisso do Tribunal com a proteção do cerrado e a sustentabilidade ambiental.



Novo bloco é inspirado no projeto original de Oscar Niemeyer, em harmonia com a linguagem arquitetônica do complexo predial

■ Comissão de acompanhamento da obra

Em junho de 2026, foi instituída comissão temporária de ministros para acompanhar a obra de construção do futuro Bloco G do STJ. A iniciativa visou assegurar governança superior em uma das principais intervenções de infraestrutura promovidas pela gestão.

Cabe à comissão acompanhar o andamento da obra e deliberar sobre temas estratégicos, como a aprovação final do projeto básico, questões relativas a soluções técnicas e o recebimento definitivo da edificação, antes da apreciação pelo Conselho de Administração.

As deliberações serão subsidiadas por relatórios e pareceres técnicos da equipe de gestão da contratação, garantindo que as decisões superiores sejam apoiadas em análise especializada.





■ Contratação dos projetos e execução dos serviços

Em consonância com a Lei n. 14.133/2021 e com as diretrizes fixadas na Resolução CNJ n. 562/2025, foi homologado, em 9.6.2026, o resultado da concorrência eletrônica de contratação integrada dos serviços de arquitetura e engenharia para a elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo, bem como para a execução da obra da futura edificação do STJ.

O certame contou com a participação de dezesseis licitantes, sagrando-se vencedor o consórcio Via - AC Arquitetos por atender as exigências do edital. Com percentual de desconto ofertado de 19,03% sobre o valor máximo estimado, os projetos e a obra custarão R\$ 113.856.147,93.

O contrato foi firmado em 23.06.2026, e o prazo total de execução será de 44 meses, a contar da emissão da ordem de execução dos serviços, que ocorreu em 13.7.2026.

■ Lançamento da Pedra Fundamental

Em agosto de 2026, o STJ celebrou um novo marco simbólico com a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Bloco G. O ato oficializou o início das obras do edifício – o último a compor o complexo arquitetônico da sede do Tribunal. Conduzida pelo Presidente da Corte, Ministro Herman Benjamin, a solenidade materializou o esforço da gestão em garantir a infraestrutura necessária para as atividades futuras do STJ, respeitando a concepção do projeto original de sua sede.



Projeto já avançou para a fase técnica, incluindo discussões com empresa vencedora da licitação

Restauração do Mural *O Homem é a Medida de Todas as Coisas*

Durante a gestão, o painel *O Homem é a Medida de Todas as Coisas*, do artista Vallandro Keating, foi completamente restaurado. Localizado no Salão de Recepções do STJ, o painel tem 30 metros de largura e 5,5 metros de altura. Pintado à mão em 1995, estava em precárias condições e nunca havia sido sofrido intervenção.

Ao longo das décadas, o painel sofreu profundo desgaste físico e de sua estrutura, demandando uma meticulosa intervenção artística e de engenharia.

A iniciativa, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e com o apoio técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), visou preservar a obra de relevante valor cultural.



A restauração foi acompanhada por uma Comissão formada pelas Ministras Nancy Andrichi e Maria Thereza de Assis Moura e pelo Ministro Sebastião Reis Júnior. Os trabalhos foram iniciados em dezembro de 2025.

Após cerca de oito meses de trabalho, o painel restaurado foi reinaugurado em agosto de 2026. A intervenção preservou uma obra preciosa e central na experiência estética e sensorial oferecida pela sede da Corte.



Restauração, Obras e Ampliação da Biblioteca STJ-Enfam

Detentora do maior e mais completo acervo jurídico da América Latina, a Biblioteca passou, nos últimos dois anos, por uma ampla transformação de sua estrutura física e organizacional, acompanhada de enorme ampliação dos seus serviços.

O espaço físico foi redesenhado para integrar funcionalidade, conforto e estética. A antiga fachada de concreto foi substituída por uma estrutura envidraçada, que

amplia a luminosidade e a transparência do conjunto. O acesso se dá por um corredor decorado com fotografias de Sebastião Salgado. No interior, fotografias de Ricardo Stuckert e Araquém Alcântara conferem identidade e beleza aos espaços. A requalificação incluiu novas cabines de estudo, áreas de pesquisa, um gabinete destinado a pesquisadores e adequações de acessibilidade. As Salas de Coleções Especiais e de Obras Raras foram concebidas para assegurar melhores condições de proteção, conservação e valorização dos acervos.



**Crescimento do acervo
com acréscimo de 171 mil
obras físicas**



A Resolução Conjunta STJ/CJF n. 1, de 2026, formalizou a incorporação das bibliotecas da Enfam e do CJF à Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça. Com uma só biblioteca, foram ampliados os acervos, as equipes e os serviços. Essa integração possibilitou a criação da Central de Atendimento aos Juízes Federais e Estaduais (Caju), destinada à pesquisa e à informação jurídica para magistrados das Justiças Federal e Estadual de todo o país. Também avançou a digitalização de cerca de 90% dos livros raros já em domínio público, disponibilizados na Biblioteca Digital Jurídica (BDJur).

Ao investir em beleza e funcionalidade, a Biblioteca transforma-se em espaço de experiência cultural e fomenta o desejo de permanência. Ao integrar acervos e equipes e ampliar seus conteúdos digitais, torna-se mais acessível e aberta ao conhecimento e à pesquisa.



**Biblioteca
é resultado
da fusão dos
acervos do
STJ, CJF e
ENFAM**

**BIBLIOTECA
STJ - ENFAM**

O maior acervo jurídico do Brasil

Entre Livros e Arte

A Biblioteca STJ-Enfam vive um momento de expansão sem precedentes de suas Coleções Especiais. Ao acolher grandes bibliotecas particulares reunidas ao longo de décadas por juristas de reconhecida trajetória, a instituição preserva legados intelectuais e incorpora obras fundamentais do direito nacional e comparado, selecionadas por aqueles que dedicaram a vida inteira à pesquisa, ao ensino e à Justiça.

Esse processo ganhou impulso com a incorporação da Coleção Célio Borja, formada por obras doadas pela família do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e da Justiça e ex-Presidente da Câmara dos Deputados. Em seguida, vieram os acervos dos professores Paulo Bonavides, Ricardo Pereira Lira, Sérgio Ferraz, Arruda Alvim e Thereza Alvim. A expansão alcança dimensão histórica com a doação do acervo dos professores Rosa Maria e Nelson Nery, a maior biblioteca jurídica privada da América Latina.

A expansão de acervos de excelência permanece em curso. Estão em fase inicial as tratativas para a integração das bibliotecas do professor Antônio Augusto Cançado Trindade, ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e juiz da Corte Internacional de Justiça; do professor Nicolò Lipari, expoente do Direito Civil italiano; e do professor e Ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal.

O conceito de patrimônio da Biblioteca, contudo, não se limita aos livros. Respalhada pela Instrução Normativa STJ/GP n. 39, de 4 de agosto de 2026, a unidade passa também a acolher, em comodato, obras de arte e outros bens culturais destinados à exposição em seus espaços.

No início desta gestão, a Biblioteca contava com 165 mil obras físicas. Com as doações já realizadas e a integração de aproximadamente 11 mil volumes do CJF, o acervo físico alcançará mais de 300 mil volumes – um crescimento de 88%.

Esse projeto de expansão consolida a Biblioteca STJ-Enfam como a maior e mais completa biblioteca jurídica da América Latina e a projeta como repositório da memória bibliográfica do direito produzido no Brasil e no mundo todo.



Crescimento
estimado
de 88%



Publicações Digitais e Difusão do Conhecimento

A Biblioteca STJ-Enfam fortaleceu seu papel na produção, organização e difusão do conhecimento jurídico por meio da ampliação de seus produtos e plataformas digitais. A Biblioteca Digital Jurídica (BD-Jur) consolidou-se como o principal repositório institucional do STJ, registrando crescimento de 13,5% ao longo da gestão.

Nesse contexto, foi promovida a migração das publicações institucionais do antigo *Portal de Publicações Institucionais* para a BDJur. O conteúdo passou a integrar a coleção *Publicações do STJ*, reunindo em ambiente único obras e documentos como o *Regimento Interno*, a *Revista do Superior Tribunal de Justiça*, a *Revista de Súmulas* e a *Revista de Recursos Repetitivos*. A iniciativa simplificou o acesso à informação, aprimorou a organização do acervo digital e fortaleceu as ações de preservação e memória institucional.

Na frente de difusão do conhecimento, destaca-se a publicação digital especial dedicada ao *Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero*, reunindo referências selecionadas e resumos temáticos que tornam a consulta mais ágil e acessível. O material apoia magistrados, servidores, estudantes, profissionais do direito e demais interessados em temas relacionados à igualdade de gênero e à proteção dos direitos fundamentais.

Outro marco do período foi a implantação da *Bibliografia Brasileira de Direito Ambiental (Ibirá)*, base de dados dedicada à reunião e à difusão da produção científica e técnica relacionada ao Direito Ambiental no Brasil. O acervo reúne livros, artigos, teses, dissertações e outros documentos produzidos por instituições acadêmicas e órgãos públicos. Em pouco tempo, a plataforma tornou-se um dos produtos digitais mais acessados disponibilizados pelo STJ, demonstrando sua relevância para a pesquisa jurídica especializada.



1º Simpósio Internacional de Inovação em Bibliotecas



Em 2025, o STJ consolidou-se como espaço de discussão e intercâmbio internacional de conhecimentos em áreas estratégicas da cultura, com a realização de dois eventos que reuniram centenas de participantes do Brasil e do exterior. Em março, o Tribunal sediou o *1º Simpósio Internacional de Inovação em Bibliotecas*, dedicado à inteligência artificial e à transformação digital; em novembro, promoveu o *1º Fórum Internacional de Preservação e Restauro*, voltado à proteção e à preservação do patrimônio cultural material. As iniciativas aproximaram especialistas e instituições de referência, ampliando a circulação de conhecimentos, experiências e boas práticas em âmbito internacional.

1º Fórum Internacional STJ de Preservação e Restauro

Em outra frente, foi realizado, em novembro de 2025, o *1º Fórum Internacional STJ de Preservação e Restauro*, iniciativa que reuniu especialistas e instituições de referência para debater a preservação do patrimônio cultural e a proteção de acervos, fortalecendo o intercâmbio de experiências e boas práticas na área.



Laboratório de Preservação e Restauro (Lapre)



O Lapre é o único espaço fora do edifício-sede

Inauguração, em junho de 2025, de novas instalações do moderno Laboratório de Preservação e Restauro (Lapre) do STJ.

Com a ampliação e modernização do Lapre – estrutura de vanguarda que consolida o STJ como o único tribunal do país a contar com um laboratório próprio dedicado a essa finalidade –, o Tribunal reafirma o seu compromisso com a preservação da história e da memória institucional.

**Único Tribunal
a ter um
Laboratório
de restauro**



Inauguração do Arquivo Central

Em 9 de junho de 2026, data em que se comemora o Dia Internacional dos Arquivos, o Superior Tribunal de Justiça inaugurou as novas instalações do Arquivo Central, consolidando uma das mais relevantes iniciativas de gestão documental já realizadas pela Corte.

O novo espaço recebeu o acervo documental transferido em setembro de 2025 e passou a contar com capacidade para armazenar mais de 63 mil caixas de documentos, equivalentes a aproximadamente nove quilômetros lineares de registros institucionais. A iniciativa fortalece a preservação do patrimônio documental do Tribunal, amplia a capacidade de guarda e recuperação de informações e reforça os princípios de transparência, segurança da informação e acesso à informação pública, contribuindo para maior eficiência na gestão dos documentos produzidos pela instituição.



Criação do Arquivo Histórico

Na mesma solenidade, o STJ inaugurou oficialmente o seu Arquivo Histórico, iniciativa pioneira que tornou o Tribunal o primeiro órgão do Poder Judiciário brasileiro a instituir formalmente um arquivo histórico destinado à preservação permanente de seu patrimônio documental. O espaço foi criado para assegurar a proteção, a organização e a difusão de documentos de relevante valor histórico, jurídico e institucional, reafirmando o compromisso da Corte com a preservação da memória da Justiça brasileira e com a democratização do acesso à informação.





Como marco dessa política de preservação, foi instituído o Selo Histórico, por meio da Instrução Normativa STJ/GP n. 20/2026. O instrumento permite identificar documentos administrativos e judiciais que integram o acervo histórico do Tribunal, bem como aqueles com potencial valor histórico, assegurando-lhes tratamento arquivístico adequado e preservação permanente. A medida estabelece critérios objetivos para reconhecimento de documentos de especial relevância, contribuindo para a valorização da história institucional e para a proteção de registros que documentam decisões, acontecimentos e processos de significativo impacto para o Poder Judiciário e para a sociedade brasileira.

A criação do Arquivo Histórico e a implementação do Selo Histórico representam um avanço estratégico na política de gestão documental e memória institucional do STJ, fortalecendo o papel dos arquivos como instrumentos de cidadania, transparência, pesquisa e preservação da história nacional.

**Primeiro
Arquivo
Histórico do
Judiciário
brasileiro**

Revitalização do Bosque do STJ

Em dezembro de 2024, uma cerimônia marcou a inauguração do Bosque do STJ, implantado na área verde ao lado da sede do Tribunal. A proposta é que a área – que já conta com mais de três mil árvores – seja um local de contemplação e repouso em meio às espécies nativas do Cerrado.

Na inauguração do Bosque, 20 servidores com deficiência e os dez servidores mais antigos do STJ, além de Ministros e outras autoridades, foram convidados a plantar as mudas nativas.

No início de 2026, a Novacap fez uma nova rodada de plantio de espécies nativas, com a introdução de mais 500 árvores.





Inauguração do bosque teve plantio de mudas de espécies nativas do Cerrado

Instalação de Painéis de LED em Todas as Salas de Sessões e Videoconferências

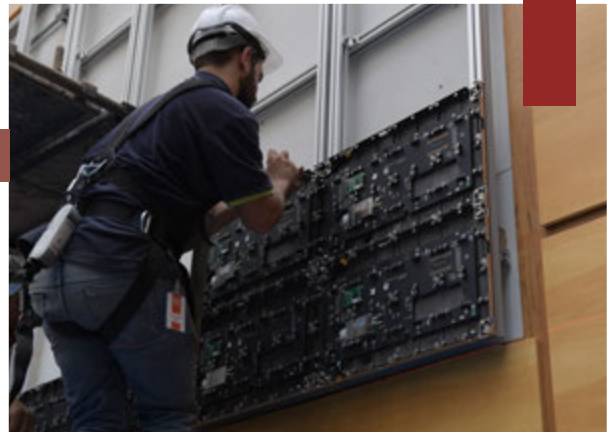
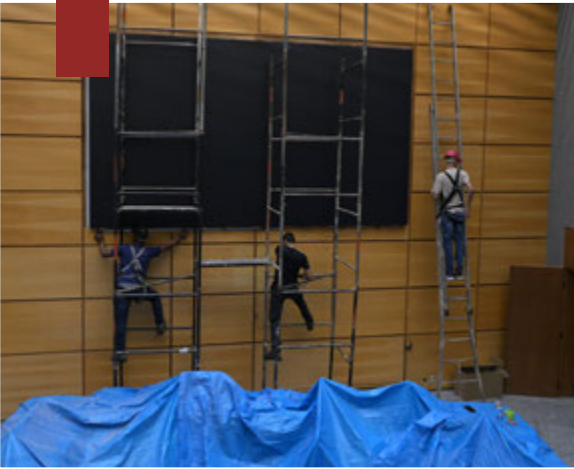
Durante a gestão, o STJ iniciou a modernização da infraestrutura audiovisual de salas de julgamento e outros espaços institucionais, a partir da contratação de solução de painéis de LED de última geração com processamento de vídeo. A iniciativa contempla as salas da Primeira, Segunda e Terceira Seções, além da Sala de Videoconferências e da Sala de Reuniões Corporativas.

A contratação, formalizada em dezembro de 2025, inclui fornecimento dos equipamentos, projeto executivo, adequação da infraestrutura, instalação, configuração, transferência de conhecimento, garantia e suporte técnico continuado por 48 meses.

Nas sessões de julgamento, a melhoria da nitidez e da qualidade visual favorece a visualização de autoridades, advogados, assessorias e intérpretes de Libras, contribuindo para a acessibilidade e para a comunicação institucional. Nos ambientes destinados a reuniões, videoconferências, seminários, congressos e eventos nacionais e internacionais, os painéis ampliam a flexibilidade de uso e qualificam a experiência visual dos participantes.

O projeto também prevê expansão gradual para novos espaços, como salas de Turmas, auditórios e ambientes da Enfam e do Cefor. Consideradas a demanda atual e a projetada, a solução poderá alcançar cerca de 185,6 m² de área de painéis de LED, preparando o Tribunal para novas exigências de comunicação, colaboração e realização de eventos institucionais.





PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO STJ



Programa STJ Internacional Projeção Global e Diálogo Multilateral

Com o lançamento do *Programa STJ Internacional*, o STJ expandiu sobremaneira sua atuação internacional, diversificando o número de atividades e eventos com parceiros globais.

O programa tem possibilitado o intercâmbio de informações com autoridades judiciais e especialistas de todo o mundo, e também o estabelecimento de novos acordos de cooperação, em temas como capacitação, acesso a bases jurídicas e atividades multilaterais.



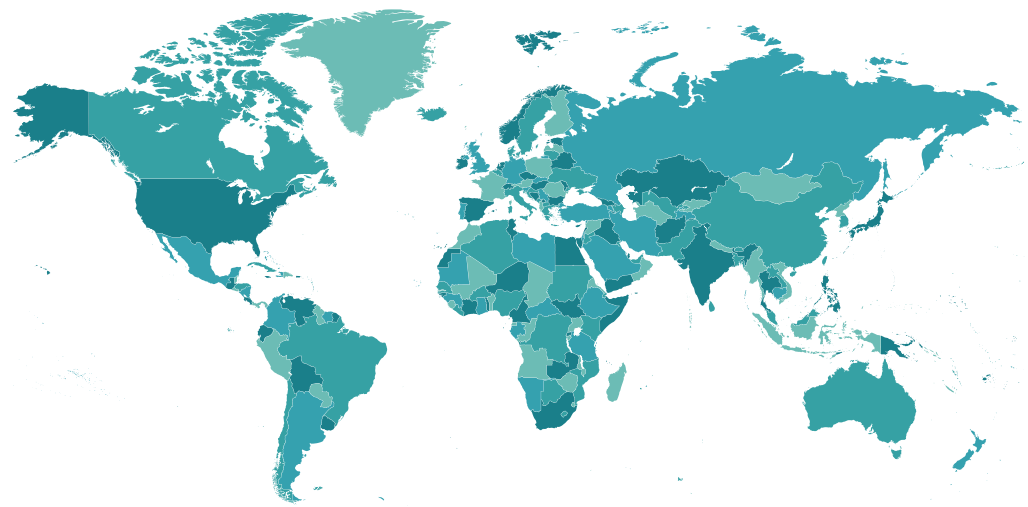
Um dos pilares da gestão atual, a projeção internacional do STJ como Tribunal de referência foi fortalecida com uma série de agendas institucionais. Mantida a parceria na América do Norte e Europa, o diálogo do STJ teve sua abrangência ampliada com a incorporação de interlocutores da África e da Ásia, com destaque para a cooperação Sul-Sul, em alinhamento aos objetivos estratégicos da diplomacia brasileira, asiática e africana.

Esse conjunto de iniciativas internacionais estruturou-se em dois eixos fundamentais: de um lado, as visitas institucionais, reuniões diplomáticas e acordos de cooperação; de outro, os simpósios, congressos e seminários de cunho acadêmico voltados ao debate dos grandes temas do Direito contemporâneo.



STJ liderou delegação brasileira na 22ª edição da Cúpula Judicial Ibero-Americana

Principais Iniciativas



Congresso Internacional sobre Estado Democrático e Ética Judicial

Dia da Justiça, do Clima e dos Direitos Humanos, 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30)

1º Congresso Brasil-China de Direito e Justiça: Meio Ambiente & Inteligência Artificial

1º Congresso STJ Brasil-Japão de Direito: Direitos Humanos - Desafios Jurídicos das Mudanças Climáticas e Inteligência Artificial

2º Congresso STJ Brasil-Japão de Direito: A Evolução do Direito Privado

1º Fórum STJ Brasil-Argentina de Direito

Seminário Brasil-Alemanha

Diálogo Cooperação Brasil-África

Diálogo Cooperação Brasil-Ásia-Pacífico

Diálogo Cooperação Brasil-Europa-América do Norte

1º Diálogo Judicial Brasil-Angola

1º Encontro STJ Brasil e STJ Portugal

Visitas oficiais ao STJ: Suprema Corte da Indonésia, Suprema Corte da China, Suprema Corte da Índia, e Suprema Corte de Bangladesh

Primeira Reunião Presencial da Comissão de Coordenação e Seguimento da XXIII Edição da Cúpula Judicial Ibero-Americana

Cooperação com o Ministério das Relações Exteriores

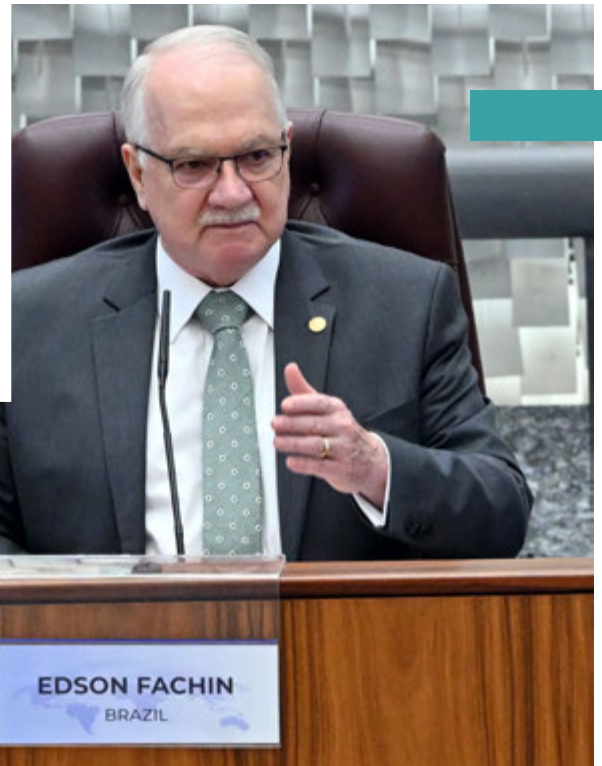
Congresso Internacional de Estado de Direito e Ética Judicial

CONGRESSO INTERNACIONAL ESTADO DE DIREITO E ÉTICA JUDICIAL

Brasília, 1º e 2 de junho de 2026

Dando continuidade às iniciativas de cooperação judiciária global, o STJ sediou, em junho de 2026, o *Congresso Internacional de Estado de Direito e Ética Judicial*, com debates sobre independência judicial, integridade, conflitos de interesse, redes sociais, inteligência artificial e regras de impedimento e suspeição. A iniciativa reuniu presidentes e representantes de 23 cortes estrangeiras e reforçou o papel do Tribunal no diálogo internacional.





O congresso debateu os ataques contemporâneos ao Judiciário e o papel do direito internacional diante do avanço de ondas autocráticas. Cabe registrar as contribuições da relatora especial da ONU para a independência de juizes e advogados, Margaret Satterthwaite, do presidente do STF, ministro Edson Fachin, da ministra Cármen Lúcia (STF), da ministra e ex-presidente do STJ Maria Thereza de Assis Moura, dos ministros Raul Araújo, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Aurélio Bellizze, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Daniela Teixeira, além de mensagens das cortes superiores da Índia, Irlanda e França. Os trabalhos seguiram as Regras de *Chatham House*, que asseguram liberdade e profundidade às discussões institucionais. O congresso foi precedido pelo *Encontro de Presidentes e Ministros de Cortes Nacionais e Internacionais sobre os Princípios de Bangalore de Conduta Judicial* realizado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.



Fóruns Internacionais

Cúpula Judicial Ibero-Americana

O STJ participou, em maio de 2025, da 22ª Cúpula Judicial Ibero-Americana, que reuniu Presidentes e representantes de Cortes Supremas de 23 países – três Ministros foram

eleitos para comissões permanentes: Nancy Andrichi (Ética Judicial), Sebastião Reis Júnior (Qualidade para a Justiça) e Paulo Sérgio Domingues (Justiça e Meio Ambiente).



O Brasil foi escolhido para sediar a próxima edição da Cúpula, em 2027, cabendo ao STJ atuar como *Secretaria Pro Tempore* no período.



XII Conferência do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (PALOP)

O STJ tomou parte da *XII Conferência do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (PALOP)*, que aconteceu na Cidade da Praia, Cabo Verde, entre 13 e 15 de novembro de 2024.



XV Congresso da Associação Internacional de Altas Jurisdições Administrativas (AIHJA/IASAJ)

Fundada em 1983, a Associação Internacional de Altas Jurisdições Administrativas (AIHJA/IASAJ) promove o intercâmbio de experiências e reflexões sobre a atuação jurisdicional no controle judicial da administração pública (no STJ, a competência é da Primeira Seção).



Durante a XV edição do *Congresso da AIHJA/IASAJ*, em abril de 2025, em Santiago do Chile, o STJ esteve representado pelo seu Presidente, Ministro Herman Benjamin, pela Ministra Maria Thereza de Assis Moura e pelo Ministro Benedito Gonçalves. Foi a primeira vez que o STJ participou do evento, desde a adesão da Corte à entidade em 2024. No total, o Congresso contou com a presença de 33 países.

Cooperação com a Ásia e o Pacífico

Seminário Cooperação Brasil-Ásia-Pacífico



Diálogo institucional inédito no STJ

O seminário teve duas edições, com a participação de representantes de 19 países asiáticos e embaixadores brasileiros no continente. Os eventos debateram prioridades regionais, oportunidades de cooperação jurídica e o papel institucional dos atores envolvidos no fortalecimento desse diálogo. (9.10.2024 e 23.4.2026)



Visita da delegação da Suprema Corte da Indonésia



Durante a visita, houve assinatura de Memorando de Entendimento (21 a 23.8.2024)

Visita da delegação da Suprema Corte da China



A delegação chinesa foi liderada pelo Ministro Hu Xiabing e pela Ministra Zhu Jing (12.11.2025).

Visita da delegação da China e assinatura de acordo entre o STJ e a Suprema Corte chinesa

O evento visou o aprimoramento da cooperação judicial e prestação jurisdicional (7.4.2025)

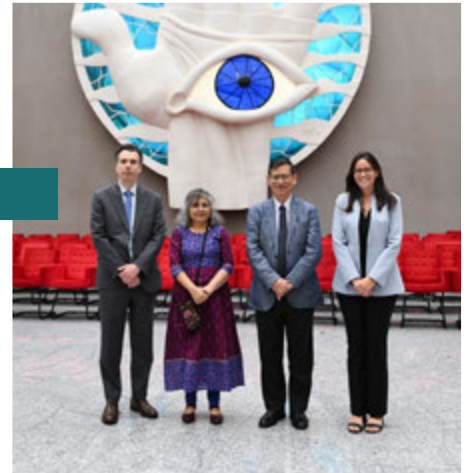


Visita ao STJ da delegação da Suprema Corte de Bangladesh



A missão foi liderada pelo presidente daquela Alta Corte, Ministro Syed Re-faat Ahmed (15 e 16.9.2025)

Visita do Ministro Kotiswar Singh, da Suprema Corte da Índia



Visita do Ministro indiano Kotiswar Singh (14.11.2025)

1º Congresso STJ Brasil-China de Direito Meio Ambiente e Inteligência Artificial



Realizado em março de 2025, o evento marcou uma iniciativa bilateral inédita para o fortalecimento da cooperação judiciária e acadêmica. O congresso reuniu a cúpula do Judiciário brasileiro, diplomatas e renomados juristas de ambas as nações para debater os marcos regulatórios da inteligência artificial, a proteção ambiental e o conceito de ecocivilização.

Como resultado prático dessa aproximação, o encontro viabilizou a assinatura do *Con-sórcio de Faculdades de Direito Brasil-China*, projeto facilitado pelo STJ para garantir o intercâmbio institucional contínuo entre os dois países. (11 e 12.3.2025)

1º Congresso STJ Brasil-Japão de Direito – Direitos Humanos: desafios jurídicos das mudanças climáticas e da Inteligência Artificial



Sediado no Salão Nobre do STJ em agosto de 2025, o evento celebrou os históricos laços socioculturais e os valores democráticos compartilhados pelas duas nações. Na oportunidade, magistrados, diplomatas e juristas de ambos os países avaliaram os

impactos da crise ambiental global sobre os direitos fundamentais e refletiram sobre a aplicação ética da inteligência artificial no Poder Judiciário. Estruturado em painéis temáticos, o evento aprofundou questões como o acesso à ordem jurídica justa, os litígios climáticos e a tutela de minorias. (14.8.2025)



Encontros fortalecem cooperação e troca de experiências



2º Congresso STJ Brasil-Japão de Direito

Brasil e Japão são parceiros tradicionais, com um longo histórico de cooperação, fortes laços humanos e economias com perfis complementares. O relacionamento se destaca pela grande presença de nipodescendentes no Brasil, a maior fora do Japão, com mais de 2 milhões de pessoas. Mais de 200 magistrados brasileiros são nipodescendentes.

Em contrapartida, o Japão abriga a quinta maior comunidade brasileira no exterior, com cerca de 211 mil pessoas. Vale recordar que os dois países celebraram em 2025 os 130 anos das relações diplomáticas. (3 e 4.8.2026)



Cooperação com a África e o Oriente Médio

Cooperação Brasil-África: Presente e Perspectivas



O evento reuniu 32 representantes, incluindo 30 embaixadores, e foco no diálogo com países africanos para cooperação jurídica (17.9.2024).



Visitas Institucionais a Angola

Durante a gestão, foram realizadas duas missões oficiais ao país. A primeira, em janeiro de 2026, marcou a visita inédita de um Presidente do STJ a Angola, com participação da Enfam e agenda no Tribunal Supremo, além de encontros em instituições jurídicas e acadêmicas. A segunda visita, em junho do mesmo ano, deu continuidade a essa pauta estratégica, mantendo o foco no fortalecimento da cooperação judicial e na formação de magistrados. (26 a 30.1.2026 e 22 a 26.6.2026).



1º Diálogo Judicial Brasil-Angola



1º DIÁLOGO JUDICIAL
entre Brasil e Angola

De 13 a 19 de maio de 2026
Rio de Janeiro e Brasília

Etapa Rio de Janeiro e Brasília

Realizada pelo STJ e pela Enfam, com representantes do Tribunal Supremo e dos Tribunais das Relações de Angola, em agenda no Rio de Janeiro e em Brasília voltada ao intercâmbio judicial, à capacitação e ao fortalecimento da cooperação entre as magistraturas dos dois países (13 a 19.5.2026).



Etapa Luanda

Esta etapa do *Diálogo* foi realizada na capital de Angola em junho de 2026. Contando com a participação do Presidente da Corte, ministros do STJ, do Diretor-Geral da ENFAM e de magistrados brasileiros, o evento deu seguimento ao programa de capacitação bilateral. Na oportunidade, foi firmada a *Carta de Luanda*, em que se reafirmou o compromisso em prol do fortalecimento da cooperação entre os Tribunais dos dois países (22 a 26.6.2026)



Cooperação com a Europa e a América do Norte

Cooperação Brasil + Europa + América do Norte: Presente e Perspectivas

Representantes diplomáticos de diversos países, incluindo chefes de missões, participaram em novembro de 2024 do evento *Cooperação Brasil + Europa + América do Norte: Presente e Perspectivas*.

A iniciativa buscou estreitar a cooperação judicial entre o STJ e as altas cortes da Europa e da América do Norte, além de ampliar o entendimento sobre as atividades e o papel da corte superior brasileira no cenário jurídico internacional. Foram discutidos temas como combate ao crime organizado internacional, direitos humanos, proteção de dados, meio ambiente e mudanças climáticas, além do uso da tecnologia – inclusive da inteligência artificial – nos tribunais.



Discussões envolvem Ministros e especialistas internacionais



Visita do Cardeal Peter Turkson

O Chanceler da Pontifícia Academia de Ciências Sociais do Vaticano visitou o Tribunal da Cidadania no dia 4.12.2024.



Seminário Brasil - Alemanha



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) promoveu em outubro de 2025 o evento Brasil-Alemanha, para discutir as tendências do direito alemão em quatro áreas: concorrência, consumo, licitações públicas e energia limpa. Pensado com o propósito de aprofundar o intercâmbio jurídico entre os dois países, o encontro contou com a colaboração de duas integrantes do Tribunal Federal de Justiça da Alemanha, o *Bundesgerichtshof* (BGH), cujas funções se assemelham às do STJ.



1º Encontro STJ Brasil e STJ Portugal



No mês de setembro de 2025, o Tribunal realizou o *1º Encontro STJ Brasil e STJ Portugal*. O evento contou com palestras do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, magistrado João Eduardo Cura Mariano Esteves, juízes conselheiros daquela Alta Corte e dos presidentes dos Tribunais da Relação de Coimbra, Évora, Guimarães e Porto. Além do encontro, a cooperação com Portugal envolveu a continuidade do programa de intercâmbio da Associação Internacional de Altas Jurisdições Administrativas (AIHJA/IASAJ), com o acolhimento da Juíza Conselheira Catarina Almeida e Sousa, do Supremo Tribunal Administrativo de Portugal.



Cooperação com a América Latina

1º Fórum STJ Brasil-Argentina de Direito

O STJ realizou, em agosto de 2026, o 1º Fórum STJ Brasil - Argentina de Direito, com o objetivo de discutir os grandes temas atuais do debate jurídico em ambos países, bem como as tendências do direito público e privado e o futuro do direito.

O evento contou com a participação do Ministro Ricardo Lorenzetti, da Suprema Corte da Argentina, e da professora Aída Kemelmajer, da Faculdade de Direito da Universidade de Mendoza. Além disso, participaram do evento os diretores de cinco faculdades de direito da Argentina - o professor Leandro Vergara, da Universidade Nacional de Buenos Aires, Carlos Callespinos, da Universidade Nacional de Córdoba, Claudia Levin, da Universidade Nacional do Litoral, Hernán Botta, da Universidade Nacional de Rosário, e María Fernanda Vázquez, da Universidade Nacional de Lomas de Zamora.



Parceria com Organismos Internacionais

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Em dezembro de 2024, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – agência global da ONU – firmaram uma parceria inédita. Denominado *Pontes para a Cidadania: Justiça, Diversidade e Inclusão*, o projeto busca fortalecer a cidadania no Sistema de Justiça.

A iniciativa organiza-se em duas frentes complementares: a primeira, intitulada *Juízes e Juízas do Estado de Direito*, estabelece um espaço permanente de escuta e construção coletiva para que magistrados, servidores e demais profissionais reflitam sobre desafios contemporâneos e compartilhem boas práticas; a segunda, *Diversidade na Magistratura*, é voltada a bacharéis em Direito em situação de vulnerabilidade habilitados no Exame Nacional da Magistratura (ENAM) – incluindo pessoas negras e indígenas –, oferecendo suporte especializado para o ingresso na carreira judicial.



Interpol



Em junho de 2025, o STJ realizou, em parceria com a Organização Internacional de Polícia Criminal, o 1º *Simpósio STJ-Interpol*, dedicado ao enfrentamento da criminalidade contemporânea.





A parceria avançou em maio de 2026, com o *1º Curso STJ-Interpol*, realizado na sede da organização, em Lyon, na França.

Voltado à capacitação de magistrados federais e estaduais especializados em Direito Penal e assistência jurídica internacional, o encontro também marcou a assinatura de Termo de Cooperação entre o STJ e a Interpol.



Simpósio Mudanças Climáticas, Água e Floresta



Realizado em agosto de 2024 no Palácio Itamaraty, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e o Senado Federal, o simpósio discutiu as interações recíprocas entre mudanças do clima, recursos hídricos e florestas, sob as perspectivas científica e jurídica.



Fórum de Direito do Mar e Uso Sustentável dos Oceanos, Mares e Recursos Marinhos



Em novembro de 2025, antes da COP30, o STJ organizou o *Fórum de Direito do Mar e Uso Sustentável dos Oceanos, Mares e Recursos Marinhos*, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. O evento contou com a participação do ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, do professor George Galindo, Consultor Jurídico do MRE, da professora Cymie Payne, da Universidade de Rutgers, do Secretário do Gabinete da Presidência da República de Kiribati, Tebatoki Taawetia, e da Consultora Jurídica da Missão de Nauru junto à ONU, Francília Adire.



2º Simpósio Internacional de Direito dos Povos Indígenas

O evento, promovido com o suporte da Enfam em agosto de 2025, buscou aprofundar as garantias originárias em suas vertentes territorial, linguística e cultural. Ao longo do simpósio, autoridades do Judiciário, especialistas internacionais e lideranças indígenas abordaram, em cinco painéis temáticos, o direito à terra, a conservação do patrimônio imaterial e a justiça climática sob a perspectiva de gênero. A iniciativa reforçou o empenho do STJ na construção de uma jurisdição mais sensível às diversidades e na consolidação de uma formação da magistratura verdadeiramente inclusiva.



A exposição "Povos Originários: Guerreiros do Tempo", do fotógrafo Ricardo Stuckert, marcou o início do Simpósio



I Congresso Internacional Justiça Originária

**I Congresso Internacional Justiça Originária:
Povos Indígenas, Territórios e Sistema de Justiça**

28 de abril de 2026
9 às 17 horas

O STJ recebeu, em abril de 2026, a abertura do *I Congresso Internacional Justiça Originária: Povos Indígenas, Territórios e Sistema de Justiça*, realizado em parceria com o STF, o CNJ, o STM e o TST.

O evento reuniu tribunais superiores, órgãos do Sistema de Justiça, academia, organismos internacionais e lideranças indígenas para debater direitos dos povos originários, conflitos territoriais, povos isolados, igualdade de gênero, governança judicial e acesso à Justiça em contextos interculturais.



I Simpósio Internacional pela Equidade Racial: Brasil, EUA e África do Sul



Realizado em dezembro de 2024, o simpósio internacional representou não apenas a oportunidade de o STJ debater, com diferentes países, um dos temas mais importantes para a sociedade contemporânea. O momento foi especial também porque, pela primeira vez, o Tribunal realizou um evento internacional para discutir a questão racial em uma perspectiva de direito comparado.



VII Conferência Ibero-Americana dos Direitos da Criança



O STJ sediou, em março de 2026, a *VII Conferência Ibero-Americana dos Direitos da Criança*, primeiro evento na Corte dedicado exclusivamente à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. O encontro reuniu especialistas nacionais e internacionais para debater ECA Digital, inteligência artificial, riscos *online*, proteção integral e cooperação internacional.



Cooperação com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Acordos de Cooperação



Em abril de 2025, o STJ e o MRE firmaram acordo de cooperação para atuação conjunta e realização de eventos e serviços de interesse internacional. A parceria foi ampliada em março de 2026 com acordo voltado à digitalização do arquivo histórico do Itamaraty – 7.410 caixas, 2.111 encadernações e 2.747 pastas –, a ser executada pelo setor de digitalização do STJ, sem transferência de recursos.



■ Seminários *A Diplomacia Brasileira na Elaboração do Direito Internacional*

Primeira edição

O Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, sediou a primeira edição do seminário, organizado pelo STJ e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), com apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag).



Seminário foi sediado no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro

O evento, realizado no final de 2025, foi o primeiro de uma série dedicada a debater a contribuição brasileira para o desenvolvimento e a aplicação do Direito Internacional. A programação contou com discussões sobre Direito Ambiental Internacional, negociações multilaterais e soluções pacíficas de controvérsias.

Segunda edição

Em maio de 2026, na sede do STJ, ocorreu a segunda edição do seminário, que aprofundou temas como conflitos atuais, governança digital, inteligência artificial, migração e mudanças climáticas.



COP30



O STJ, junto com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), participou da organização do *Dia da Justiça, do Clima e dos Direitos Humanos, 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas*, em Belém. O evento contou com a participação do Presidente do STJ, Ministro Herman Benjamin; do Presidente do STF, Ministro Edson Fachin; do Presidente do TST, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello; da Presidente do STM, Ministra Maria Elizabeth Rocha; da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; e do Presidente da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago.

Com o objetivo de debater a justiça climática e a proteção dos direitos humanos, o evento contou, igualmente, com a participação do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell Marques, da Ministra Regina Helena Costa e dos Ministros Sebastião Reis Júnior, Sérgio Kukina, Paulo Sérgio Domingues e Afrânio Vilela.





Na ocasião, o STJ lançou uma publicação especial dedicada ao direito ambiental. A obra reúne 120 textos de acesso livre, disponíveis em quatro idiomas – português, inglês, francês e espanhol –, e oferece uma visão ampla, atualizada e plural sobre os desafios jurídicos e sociais relacionados à proteção do meio ambiente. Voltado a magistrados, servidores, estudantes, profissionais do direito e demais interessados, o material apresenta fontes bibliográficas acompanhadas de resumos, o que facilita a consulta e amplia a compreensão dos conteúdos.



**CIDADANIA
EM AÇÃO**



Diversidade, Inclusão e Acessibilidade

Semana da Mulher (2025 e 2026)



Em maio de 2025 e 2026, o STJ promoveu edições da *Semana da Mulher*, voltadas a debater a equidade e valorizar as trajetórias femininas na Corte. A programação incluiu mesa-redonda com Ministras e servidoras do Tribunal, o lançamento da *Cartilha da Ouvidoria das Mulheres*, pesquisa sobre igualdade de gênero e ações como concurso literário e atrações culturais, reafirmando o compromisso da Corte com o protagonismo feminino.



1º Simpósio STJ Autismo e Justiça

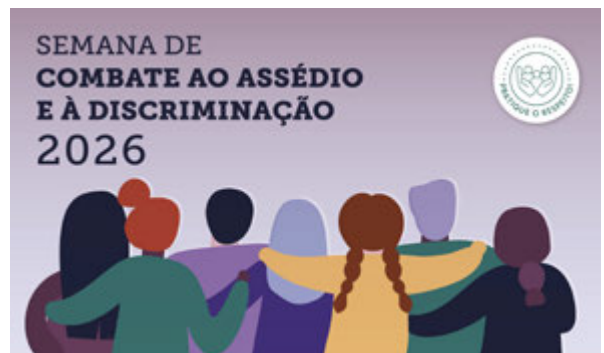
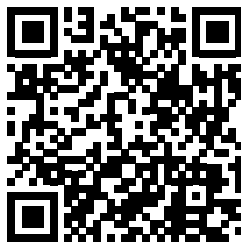
Realizado em maio de 2025, com recursos de acessibilidade – como Libras, legendas em tempo real e audiodescrição –, o



evento debateu a atuação do Judiciário sob a perspectiva das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA). Magistrados e especialistas participaram do simpósio, inaugurando um debate fundamental para a Corte. Os painéis abordaram a superação do capacitismo e destacaram decisões marcantes do STJ envolvendo essa temática.

Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação

Alinhadas às diretrizes da Resolução CNJ n. 450/2022, as edições de 2025 e 2026 da *Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação* reforçaram o compromisso do STJ com a empatia e o respeito no ambiente de trabalho. Organizada pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (CPEAD), a iniciativa reuniu a comunidade institucional em transmissões *online* para debater o enfrentamento do capacitismo, a prevenção de abordagens abusivas, a diversidade e os limites da liderança.



■ 1º Simpósio Pessoa Idosa e Justiça

Promovido em outubro de 2024 em alusão ao Dia Internacional da Pessoa Idosa, o evento reuniu a cúpula do STJ e especialistas para debater o aprimoramento da tutela jurídica da população idosa. O encontro abordou desafios como o combate ao etarismo, a prevenção contra o abandono e a exploração financeira, além de questões ligadas a capacidade legal, saúde e moradia. As discussões enfatizaram a importância de uma formação judicial humanizada e atenta às interseccionalidades de gênero, raça e condição socioeconômica na efetivação dos direitos das pessoas idosas.



1º Simpósio Pessoa Idosa e Justiça, no STJ

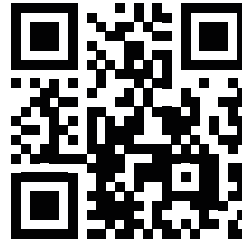


■ 2º Simpósio Pessoa Idosa e Justiça

Em outubro de 2025, o STJ e a Enfam deram continuidade à iniciativa com o 2º *Simpósio Pessoa Idosa e Justiça*. O encontro consolidou um espaço interdisciplinar de diálogo dedicado ao combate à violência, à saúde pública e ao fortalecimento do arcabouço normativo e protetivo inaugurado pelo Estatuto da Pessoa Idosa. Com abertura conduzida pelos ministros Herman Benjamin e Benedito Gonçalves, a programação contou com a participação de magistrados e especialistas de diversas áreas.



Lançamento da Coletânea do 1º e do 2º *Simpósio Pessoa Idosa e Justiça*



A obra reúne discursos institucionais, transcrições de palestras e artigos sobre proteção integral à pessoa idosa e acesso à Justiça. Destina-se a servir de fonte de consulta permanente para operadores do direito que atuam na tutela dos direitos da população idosa.

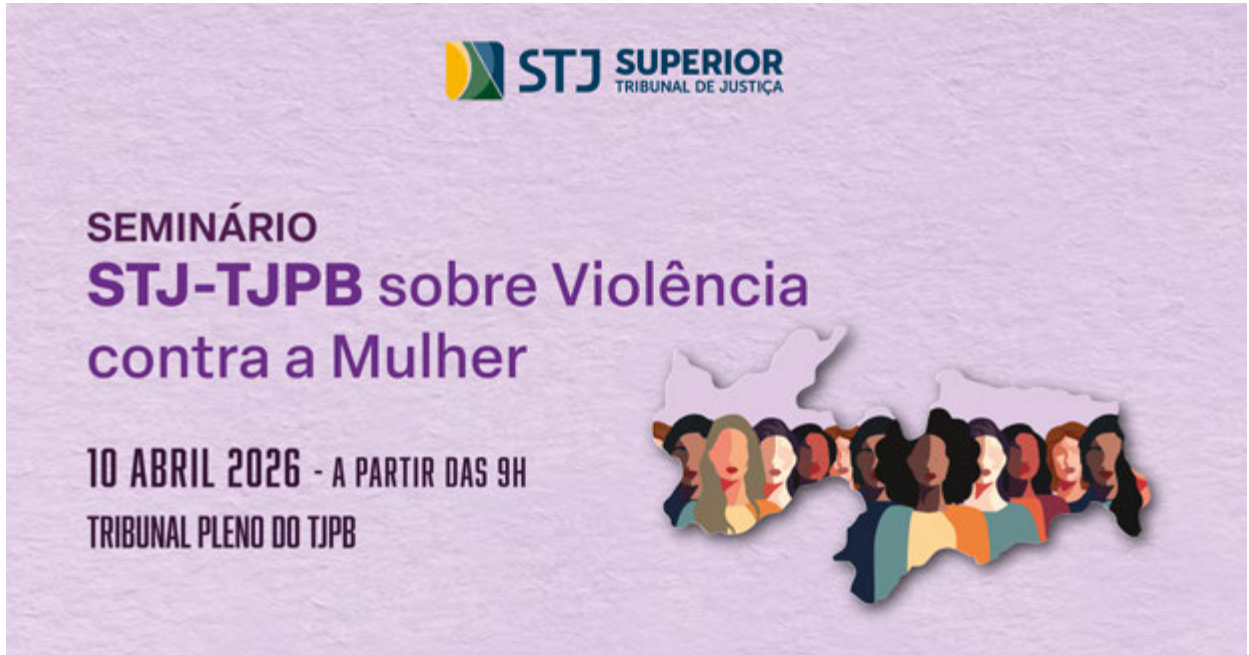
1º *Simpósio STJ Violência Doméstica e Justiça*

Entre manifestações de diversos magistrados e especialistas no tema, o evento teve como destaque a participação de Maria da Penha, símbolo da luta em defesa das mulheres.

Encerrando o calendário de eventos do Tribunal em 2025, o simpósio trouxe à discussão temas como a violência institucional, o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a efetividade da aplicação de medidas protetivas.



■ Seminário STJ-TJPB sobre Violência contra a Mulher



Realização:



Tribunal de Justiça da Paraíba

Apoio:



O Poder Judiciário tem intensificado sua atuação em diversas frentes no enfrentamento à violência contra a mulher.



Durante o evento, foram debatidos temas como a violência contra a mulher na jurisprudência penal do STJ, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco e as boas práticas para prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.



Acessibilidade em foco



Colegas surdos executam várias atividades no STJ

Em 2025, o STJ alcançou um índice de satisfação em acessibilidade de 90,88%, confirmando o êxito das iniciativas voltadas ao tema.

Para celebrar os 10 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), o Tribunal fez uma parceria com a Enfam em evento com a participação de mais de 100 Magistrados e servidores com e sem deficiência.



Encontro na Enfam marcou os 10 anos do Estatuto



Equidade Racial

Com o objetivo de divulgar e debater o conteúdo dos 49 Enunciados aprovados na *I Jornada da Justiça Federal pela Equidade Racial*, foram realizadas, no Rio de Janeiro, em Salvador e em Brasília, edições do *Curso Nacional sobre os Enunciados de Equidade Racial*. Os eventos, que também foram transmitidos pelo canal do STJ no YouTube, contaram com a participação de especialistas do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral, de universidades e da sociedade civil. Neles, foi produzida uma série de entrevistas que foram exibidas na TV Justiça.



O STJ ainda promoveu a realização do *Curso Nacional sobre os Enunciados de Equidade Racial* na modalidade 100% virtual (plataforma EaD). Foram disponibilizadas uma versão completa (12 horas-aula), em parceria com a Enfam, e uma versão resumida (1 hora-aula), ambas à disposição de qualquer cidadão, de forma gratuita. A iniciativa foi precedida por edição especial do programa Entender Direito, veiculada na TV Justiça, e aprofundou temas como políticas judiciais, liberdade religiosa, relações de trabalho, racismo algorítmico e ações afirmativas em concursos públicos.

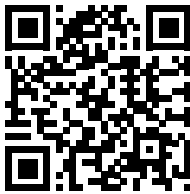




**EDIÇÃO ESPECIAL DO PROGRAMA
ENTENDER DIREITO**

Enunciados de Equidade Racial do CJP

 **49** Enunciados
de Equidade Racial



Confira a íntegra
do evento no **canal**
do **STJ no YouTube**



APOIO:



Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados



Mestrado



CEJ

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS
Conselho da Justiça Federal



Gênero e Cultura

Mesa-redonda *Participação Feminina no STJ: Trajetórias e Conquistas*

Em comemoração do Dia Internacional da Mulher, o STJ reuniu Ministras e servidoras no Salão Nobre para compartilhar trajetórias e debater o fortalecimento da representatividade feminina no Judiciário. Promovido pelo Cefor, pelo *Humaniza STJ* e pela Ouvidoria das



Mulheres, o encontro destacou o valor do apoio mútuo na abertura de caminhos e exaltou avanços da Corte, onde as mulheres compõem mais de 50% da força de trabalho e ocupam a maioria dos cargos de gestão desde 2020.



■ Painel: *O Protagonismo da Mulher nas Artes*

Realizada pelo STJ em parceria com o TRF1, a palestra promoveu uma profunda reflexão sobre a desigualdade de gênero e os desafios da representatividade feminina nos espaços de poder. Com palestra da atriz Ingrid Guimarães e participação da ministra Nancy Andrighi, o encontro destacou a arte e o humor como instrumentos de crítica social e transformação cultural.



■ *Semana da Justiça pela Diversidade Cultural*

Em iniciativa conjunta com o STF e o TST, o STJ realizou, em alusão ao Dia Mundial da Diversidade Cultural, o painel *Preservação da Cultura Brasileira a partir da Perspectiva Étnico-Racial*. Na oportunidade, o ministro Herman Benjamin e outras autoridades debateram a cultura como direito fundamental e instrumento de cooperação. A programação reforçou a atuação do Judiciário no combate à intolerância e na valorização da pluralidade étnico-racial do país.



■ *Elas por eles*

Promovida no âmbito das ações do *Outubro Rosa*, a roda de conversa reuniu magistrados, servidores e especialistas para debater a saúde mental, o autocuidado e a liderança feminina no Poder Judiciário. O painel contou com a presença da Ministra Maria Marluce Caldas e do ator Edson Celulari. A iniciativa propôs o engajamento dos homens como aliados na promoção da equidade de gênero, abordando o papel da empatia e o rompimento de barreiras na ascensão profissional.



A Proteção das Meninas da Infância à Adolescência: O direito à dignidade, à saúde e à educação



A iniciativa realizada em parceria com o Instituto Alana, em 26 de maio de 2026, teve como objetivo promover, no âmbito do STJ, o debate sobre o direito fundamental à dignidade e à saúde integral.



O encontro discutiu os desafios jurídicos para garantir esse direito no Brasil e as lacunas estruturais nos sistemas de justiça e de saúde, especialmente sob a perspectiva de gênero.

A proposta também buscou articular jurisprudência, políticas públicas e evidências científicas, fortalecendo a atuação do Judiciário na proteção dos direitos de meninas e mulheres.



Concurso Literário: Ser Mulher



Em março de 2026, o STJ promoveu um concurso literário para celebrar as vozes femininas que compõem o Tribunal. O resultado do concurso foi publicado na coletânea literária *Ser Mulher*. O concurso foi criado com o objetivo de promover a escuta, valorizar a diversidade de trajetórias femininas e estimular a expressão artística dentro do ambiente institucional.



Concurso Literário Ser Mulher: Homenagem às vozes femininas da Corte

A Secretaria de Comunicação Social (SCO) produziu vídeos inspirados nas obras vencedoras, convertendo os textos premiados em peças audiovisuais em homenagem às autoras e às vozes femininas da Corte.

Por meio de recursos narrativos e linguagem visual, os vídeos destacam o magnetismo, a profundidade temática e o vigor literário dos trabalhos selecionados, dando novo formato às experiências neles expressas. A iniciativa ampliou o alcance dessas obras e fortaleceu a cultura de escuta, reconhecimento e valorização das mulheres que constroem o Tribunal da Cidadania.





Confira na íntegra o vídeo da obra
"A mulher alada", primeira poesia mais
votada no Concurso Literário: Ser
Mulher do STJ



Confira na íntegra o vídeo da obra
"Norma presa", segunda poesia mais
votada no Concurso Literário: Ser
Mulher do STJ



Confira na íntegra o vídeo da obra
"Espelho", terceira poesia mais votada
no Concurso Literário: Ser Mulher do
STJ

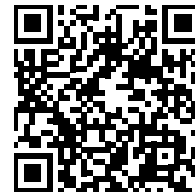


Sustentabilidade

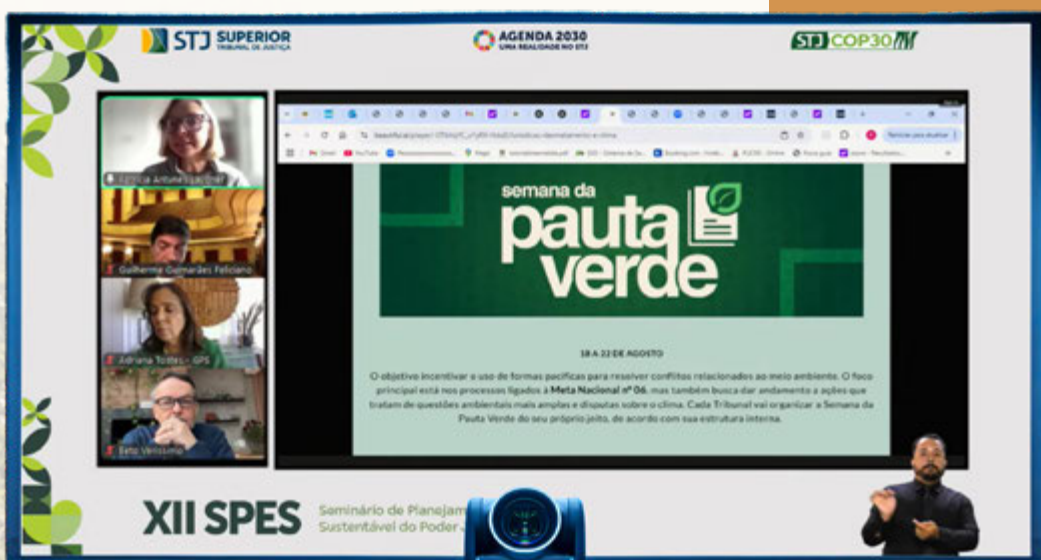
XII Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário



Promovido desde 2014 pela Assessoria de Gestão Sustentável do STJ, o evento teve formato *online* e transmissão pelo canal do STJ no YouTube em sua 12ª edição. O foco central foi o combate às mudanças climáticas e os caminhos para a descarbonização das instituições públicas. Aberta pelo presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, a programação reuniu 16 especialistas e representantes da COP30 ao redor do Programa Justiça Carbono Zero (Resolução CNJ n. 594/2024), reafirmando o seminário como referência na aplicação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU no Judiciário.



Confira a íntegra do evento no **canal do STJ no YouTube**



XIII Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário

XIII SPES

Seminário de Planejamento Estratégico
Sustentável do Poder Judiciário

25 de junho

10:30 às 18:30



Confira a íntegra
do evento no **canal**
do **STJ no YouTube**

Promovida em junho de 2026, a 13ª edição do evento debateu a expansão das práticas de governança ambiental, social e corporativa (ESG) no setor público. Transmitido também pelo canal do STJ no YouTube, o encontro contou com 16 palestrantes divididos em cinco painéis, que versaram sobre contratações sustentáveis, inteligência artificial ecológica, inclusão socioproductiva de catadores, resiliência diante de crises climáticas e descarbonização. A realização inteiramente *online* garantiu a neutralização da emissão de carbono decorrente de deslocamentos e ampliou o acesso a gestores e cidadãos de todo o país.



EDUCAÇÃO E IMPACTO SOCIAL



Programa *STJ na Academia*

Lançado em maio de 2025, o programa *STJ na Academia* promoveu a aproximação entre o Tribunal e as comunidades jurídicas locais, por meio das faculdades de direito. A iniciativa conta com a participação de Ministros da Corte, professores, especialistas e estudantes, para discutir temas específicos do direito com relevância prática e técnico-científica para o STJ.

A edição inaugural foi realizada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), em parceria com a Faculdade Paulista de Direito (PUC-SP) e

a Escola de Direito de São Paulo da FGV/SP, e teve como tema a figura do *amicus curiae*.

A segunda edição, realizada em novembro de 2025 no Rio de Janeiro, teve como anfitriã a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND-UFRJ). O encontro foi organizado em conjunto com as faculdades de direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e tratou dos aspectos jurídicos das organizações criminosas.





Confira a íntegra
do evento no **canal**
do STJ no YouTube





STJ SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Programa
STJ na Academia

2ª Jornada do Programa STJ na Academia

Aspectos jurídicos complexos das Organizações Criminosas:

investigação, prova, colaboração premiada e outras questões

Apoio:



Confira a íntegra da
segunda edição
do evento

Seminário sobre os 10 Anos do CPC

Em março de 2026, o STJ realizou o seminário *10 Anos de Vigência do Código de Processo Civil na Visão da Magistratura Federal e Estadual*, com debates sobre processo constitucional, cooperação judiciária, autocomposição e honorários advocatícios.

O encontro reuniu Ministros, magistrados e especialistas para avaliar os impactos do CPC/2015 e discutir caminhos para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.





Programa Esperança Garcia



**PROGRAMA
ESPERANÇA
GARCIA**

O *Programa Esperança Garcia*, criado pela Biblioteca STJ-Enfam, consolidou-se como uma relevante iniciativa de promoção da cidadania, do acesso à informação e do incentivo à leitura. Regulamentado em 2025, o programa tem como objetivo arrecadar e destinar livros a bi-

bliotecas públicas e comunitárias que atendem populações em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo o papel das bibliotecas como espaços de inclusão, educação e transformação social. Inspirado na trajetória de Esperança Garcia, símbolo da luta pelo direito à palavra, à educação e à cidadania, o programa reafirma o compromisso institucional do STJ com a democratização do conhecimento.

Em sua primeira edição, o programa mobilizou servidores, instituições parceiras e bibliotecas do Distrito Federal, resultando na arrecadação de mais de 8 mil livros. Após criteriosa seleção técnica, cerca de 6 mil exemplares foram destinados a quatro bibliotecas públicas e comunitárias de Belém (PA), contribuindo para a ampliação de acervos e o fortalecimento de ações de incentivo à leitura em comunidades com acesso limitado a bens culturais. A iniciativa contou com o apoio de importantes parceiros institucionais, demonstrando a força das redes colaborativas na promoção de políticas públicas voltadas à cultura e à educação.



**Em Angola,
foi criada uma
biblioteca
unicamente com
as doações do STJ**



PROGRAMA ESPERANÇA GARCIA

Edição 2025

Doe livros literários, espalhe esperança!

Participe do Programa Esperança Garcia e ajude a levar leitura e cidadania a quem mais precisa!

Coleta dos livros



de julho até 31 de outubro

Os livros doados podem ser:

- obras literárias para todas as idades
- livros infantis e de estímulo para bebês
- gibis e histórias em quadrinhos
- enciclopédias
- dicionários

Os livros serão destinados à
Biblioteca Comunitária
Mestre Simeão (Belém - PA)

@samaumaeg

Saiba mais:



STJ

Secretaria de Gestão
da Informação Bibliográfica

criação: SGO/COMM



Projetos Socioeducativos do Museu

Educação museal aproxima o STJ da sociedade

Além de ir ao encontro da sociedade, o Tribunal também abriu suas portas para recebê-la. Os programas de educação museal do Superior Tribunal de Justiça registraram resultados de destaque no biênio 2024-2026, com 581 visitas educativas e 17.227 cidadãos beneficiados até junho de 2026. Os números evidenciam a relevância das ações voltadas à formação cidadã, à disseminação da cultura jurídica e ao fortalecimento da relação entre o Tribunal da Cidadania, por meio de seu Museu, e a sociedade.

Entre os programas, o *Saber Universitário da Justiça* apresentou desempenho especialmente expressivo, com 252 visitas e 8.004 participantes, superando em 28,6% o número de visitas e em 26,5% o total de cidadãos beneficiados em relação ao biênio anterior. O *Despertar Vocacional Jurídico* também registrou crescimento significativo, com aumento de 30,3% nas visitas e de 16,6% no público atendido, alcançando 142 visitas e 4.353 participantes.

Outro marco do período foi a ampliação das atividades educativas destinadas ao público infantil. A ação *Arte, Infância e Cidadania* passou a receber estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, proporcionando experiências pedagógicas e lúdicas que já possibilitaram a 184 crianças conhecer o Tribunal da Cidadania de forma interativa e acessível.

Os resultados alcançados assumem especial relevância pela amplitude e pela diversidade dos públicos contemplados. As iniciativas demonstram a capacidade do Tribunal de estabelecer diferentes formas de diálogo com a sociedade, aproximando estudantes, universitários, crianças, idosos e a comunidade em geral do universo da Justiça e da memória institucional.

Ao articular educação, cultura e cidadania, os programas de educação museal fortalecem o papel do Museu do STJ como espaço de conhecimento, diálogo e aproximação com a sociedade. Dessa forma, contribuem para a formação cidadã, a valorização da memória institucional e a construção de uma sociedade mais consciente e participativa.



Exposição *Povos Originários: Guerreiros do Tempo*, de Ricardo Stuckert



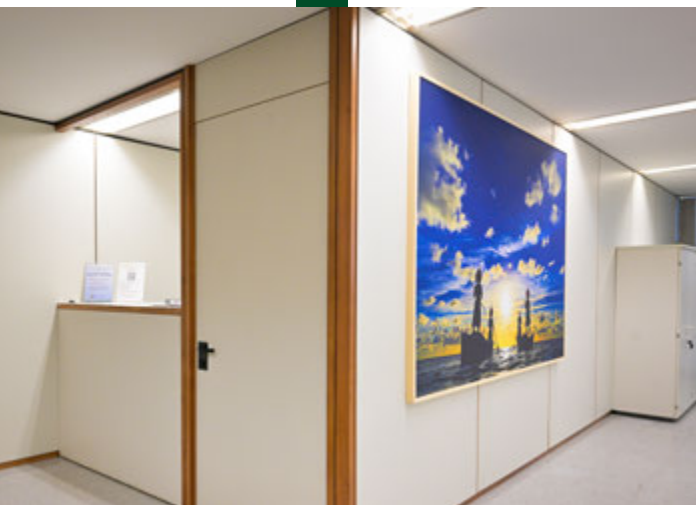
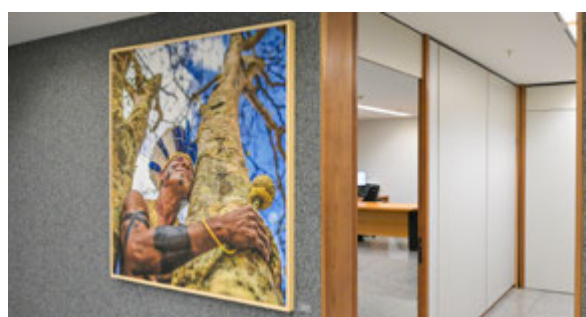
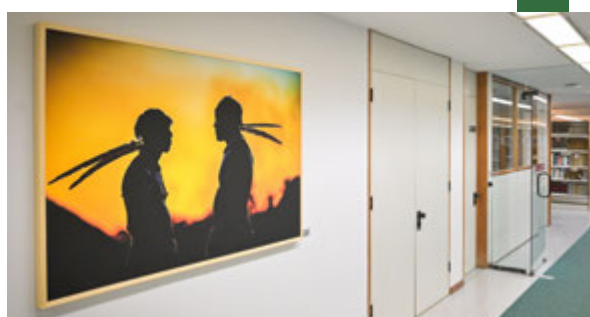
Aberta para visitação de agosto a setembro de 2025, a mostra reuniu imagens sensíveis e marcantes, captadas ao longo de mais de 30 anos.

Os registros mostram a vida e a cultura do povo Yanomami, além de outras etnias brasileiras, em um conjunto que provoca uma reflexão sobre os direitos dos povos indígenas.





Após a exposição, o autor doou a maior parte das obras para o tribunal. Hoje, elas estão expostas na Biblioteca STJ-Enfam.



Exposição *O Brasil de Araquém Alcântara*



Em junho de 2026, o STJ inaugurou, em sua sede, a exposição *O Brasil de Araquém Alcântara*, com registros do fotógrafo-documentarista que percorreu, com apuro e sensibilidade, todos os parques nacionais brasileiros e dedicou a carreira à conscientização ambiental e à preservação da natureza.



A mostra reúne fotografias que celebram mais de 50 anos de trajetória do artista, incluindo imagens da Amazônia, da Mata Atlântica e de outros biomas, além de registros que conectam os elementos da natureza à vida humana. O evento marcou também o lançamento do livro *50 Anos de Fotografia*, que reúne parte do acervo artístico de Araquém Alcântara.



Exposição *Vindouros: STJ e Itamaraty na Preservação da Memória Diplomático-Jurídica Brasileira*

Fruto do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a exposição *Vindouros: STJ e Itamaraty na Preservação da Memória Diplomático-Jurídica Brasileira* celebrou a salvaguarda e a difusão de um dos mais relevantes acervos documentais da América Latina.

A mostra apresentou sete documentos emblemáticos representativos de quase dois séculos de atuação diplomática, entre os quais cartas de imperadores e presidentes, pareceres jurídicos, tratados e correspondências oficiais que testemunham decisões históricas sobre a definição de fronteiras, desafios humanitários do pós-guerra e projetos de integração da América do Sul.

Digitalizados no âmbito dessa parceria, esses documentos foram incorporados à Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) do STJ, assegurando a ampliação do acesso público e a conservação contínua do patrimônio diplomático-jurídico do país.



A iniciativa renovou o compromisso histórico firmado em 1903 pelo Barão do Rio Branco, que previu que o valioso acervo do Itamaraty seria preservado para estudo e conhecimento dos “vindouros”, de modo a garantir que a memória de momentos decisivos do Direito Internacional e da diplomacia brasileira permaneça acessível às futuras gerações.



Ma documentação registram a história. Outros passam a
fazer parte das vidas de imperadores, presidentes e
estadistas, papéis jurídicos, tratados e correspondências
diplomáticas, testemunham decisões que definiram
fronteiras, fortaleceram a cooperação entre as nações,
responderam aos desafios humanitários do pós-guerra e
tomaram possíveis alguns dos mais importantes projetos
de integração e desenvolvimento da América do Sul.

Ao longo de quase dois séculos, o Ministério das
Relações Exteriores reuniu um dos mais relevantes
acervos documentais da América Latina. Esses
documentos constituem um patrimônio de excepcional
valor histórico e revelam a atuação da diplomacia e a
evolução do Direito Internacional em alguns dos
momentos mais decisivos da história do Brasil.

Os documentos representados nesta exposição, bem
exemplos de sua trajetória. Eles foram digitalizados no
âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre
o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Ministério das
Relações Exteriores, e passam a integrar a Biblioteca
Digital Jurídica (BDJur) do STJ, ampliando sua
preservação e o acesso público a esse legado.

Em 1901, o Barão do Rio Branco afirmou que os
documentos do Itamaraty seriam estudados pelos
"vindouros". Mais de um século depois, o STJ e o Ministério
das Relações Exteriores renovou esse compromisso,
assegurando que a memória diplomático-jurídica brasileira
permanecerá preservada e acessível às futuras gerações.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Este relatório sintetiza as ações e decisões tomadas no âmbito da Presidência e do Colegiado do Conselho da Justiça Federal

O CJF enfrentou desafios complexos que exigiram estratégia e soluções inovadoras, com avanços em governança, transparência, sustentabilidade e atividade jurisdicional

Institucional

Grupo de Trabalho para a Lei de Organização da Justiça Federal (LOJF)

Foi aprovada a proposta do Presidente para rediscutir a carreira da magistratura federal e aspectos institucionais, sob relatoria própria e coordenação do Ministro Gurgel de Faria. O grupo está finalizando o anteprojeto, com previsão de submissão ao Plenário do CJF.

Fundo de Custas (PL n. 429/2024)

O Projeto de Lei n. 429/2024, originado em 2013 (PL n. 5.827/13), foi aprovado na Câmara em fevereiro de 2024 e seguiu para o Senado, onde foi aprovado em 11/08/2026. Em razão das alterações feitas no Senado Federal, foi devolvido à Câmara dos Deputados e, após os debates e articulações, o projeto foi aprovado em 12/08/2026, aguardando atualmente a sanção presidencial. O fundo é considerado um instrumento indispensável para a real autonomia administrativa da Justiça Federal, sendo crucial para a interiorização, a criação de unidades em fronteiras e a especialização de varas em matérias sensíveis, como as ambientais, indígenas e quilombolas.

Criação de Cargos no TRF5

O CJF decidiu, em fevereiro de 2025, pela criação de 3 cargos de Desembargador Federal, 57 cargos de técnico e analista judiciário, 16 cargos em comissão e 41 funções comissionadas no âmbito do TRF5, a partir de 2026. Essa medida é vital para a criação do órgão especial no Tribunal e para a especialização das turmas e seções, processo que ocorrerá 60 dias após a promulgação da lei oriunda do anteprojeto.

Concursos simultâneos para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto

Demonstrada a demora no provimento dos cargos para a magistratura e bem delineado o problema, foi aprovada, por iniciativa do Presidente, a fixação de regras para a sua resolução, no sentido de que:

- 1) O provimento de cargos vagos de juíza e juiz federal substitutos deve receber prioridade máxima.
- 2) Independentemente de previsão orçamentária, os cargos criados ou que ficarem





vagos deverão ser imediatamente objeto de concurso público.

3) O Tribunal comunicará o fato ao CJF, que cuidará para incluir as nomeações na respectiva proposta orçamentária.

4) Com o término da segunda ou da quarta etapa do concurso (art. 5º da Resolução CNJ n. 75/2009), se o Tribunal já puder avaliar a quantidade de cargos que ficarão ainda vagos, deverá lançar novo edital, de preferência com cadastro de reserva, nos termos da jurisprudência e legislação correlata.

5) Não sendo viável a realização de curso de formação inicial, em razão do número reduzido de candidatas(os), o Tribunal proporcionará a participação em módulo local planejado por outro Tribunal federal, incluindo atividades jurisdicionais integrantes do projeto, com a anuência da Enfam, observada a necessidade de semana de adaptação junto ao Tribunal de origem.

Criação de Varas Federais

Sob a relatoria do Presidente, o Colegiado aprovou e encaminhou ao STJ o anteprojeto de lei visando à criação de varas federais nas seções judiciárias de Mato Grosso do Sul e do Amazonas. No Amazonas (Tefé e Humaitá), a medida visa enfrentar desafios jurisdicionais em áreas social e ambientalmente complexas, além do tráfico internacional, destacando a relevância da Amazônia para o combate às mudanças climáticas. Em Mato Grosso do Sul (subseções propostas em Bonito, Corumbá, Ponta Porã, Naviraí, Três Lagoas e Dourados), o TRF3 especializará unidades em competências de patrimônio cultural/natural, meio ambiente, questões agrárias e tutela de direitos quilombolas e indígenas. O Anteprojeto foi aprovado pelo Pleno do STJ, encaminhado ao CNJ e protocolado na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei n. 6.359/2025. O Congresso Nacional aprovou a criação das varas, com a publicação da Lei n. 15.401/2026.



Posteriormente, foi aprovada proposta de anteprojeto de lei, encaminhada ao STJ, para a criação de 15 varas federais, com a respectiva estrutura de cargos e funções, nos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 4ª e 5ª Regiões, tramitando na Câmara dos Deputados (PL n. 3.427/2026).

Na 1ª Região, estão previstas nove varas: seis no Distrito Federal, sendo duas especializadas em matéria ambiental, agrária e desapropriações; duas em cumprimento de sentenças de ações coletivas; uma em execução fiscal e/ou tributária; e uma em matéria de servidor público. Também estão previstas uma vara na Ilha do Marajó (PA), uma em Parauapebas (PA) e uma em Alta Floresta (MT).

Na 4ª Região, serão cinco varas: quatro criminais, em Criciúma (SC), Guaíra (PR),

Cascavel (PR) e Itajaí (SC), e uma previdenciária, em Ponta Grossa (PR).

Na 5ª Região, está prevista uma vara federal, com juizado adjunto, em Juazeiro do Norte (CE).

Mais recentemente, em maio de 2026, foi aprovada a remessa ao STJ de anteprojeto de lei para a criação de quatro varas federais, com a respectiva estrutura de cargos e funções, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Atualmente tramita na Câmara dos Deputados (PL n. 3.419/2026).

Proposta de anteprojeto de lei para criação de cargos no Sistema Penitenciário Federal

O Colegiado do CJF, ao apreciar proposta da Corregedoria-Geral da Justiça Federal,

de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, aprovou o encaminhamento de anteprojeto de lei que visa a criação do Colegiado Nacional de Juízes Corregedores dos Presídios Federais, com competência para decidir sobre inclusão, transferência e prorrogação de permanência de presos

em estabelecimentos penais federais de segurança máxima. O modelo proposto tramita na Câmara dos Deputados (PL n. 1.560/2025) e busca aprimorar a segurança dos magistrados, despersonalizando decisões e reduzindo riscos de ameaças e coações por organizações criminosas.



Eficiência nas ações coletivas

Na mesma sessão, o colegiado validou a Recomendação CJF 2/2026, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que estabelece diretrizes para dar maior resolu-

tividade à tramitação de ações coletivas, especialmente as que envolvem direitos individuais homogêneos, na Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Critérios Para a Criação de Unidades Judiciárias

A Presidência do CJP priorizou, na gestão 2024-2026, a estruturação do primeiro grau de jurisdição, dentre outras medidas, com a criação de varas federais.

A única exceção foi a ampliação do TRF5, com a criação de três cargos de desembargadores e de sua respectiva estrutura de cargos e funções. Primeiro, porque a ampliação era condição para a criação de órgão especial, nos termos do art. 93, inciso XI, da Constituição; segundo, porque era o único TRF que não tinha especialização por matéria em suas turmas, e a ampliação deu condições para essa especialização e foi condição para o encaminhamento do anteprojeto.



Logo, a diretriz institucional da Presidência do Conselho da Justiça Federal (CJP), na gestão 2024-2026, foi inteiramente direcionada à estruturação, interiorização e valorização de magistrados e servidores do primeiro grau.

A reestruturação e a ampliação das unidades de primeira instância pautam-se por critérios objetivos e socioambientais estratégicos, manifestados nos anteprojetos de lei do Conselho.

Para a criação de novas varas, buscou-se a ocupação de espaços vazios da Amazônia Legal, o fortalecimento da jurisdição de região de fronteira e o descongestionamento de unidades em situação crítica de saturação. Neste último critério, destacam-se casos emblemáticos no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos quais foi demonstrada a necessidade de se criarem quatro varas situadas na Subseção de Teófilo Otoni — apontada como a vara de maior distribuição da Justiça Federal brasileira, abrangendo cerca de 1 milhão de habitantes nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha — e nas Subseções de Viçosa, Manhuaçu e Passos, cujas distribuições médias anuais superam os referenciais de sustentabilidade operacional.



Buscou-se a priorização do primeiro grau em pontos sensíveis e estratégicos do território nacional:

■ **Amazônia Legal**

Criação de varas em Tefé/AM, Humaitá/AM, Ilha do Marajó (Breves/PA), Parauapebas/PA e Alta Floresta/MT. O reforço objetiva aproximar a Justiça Federal de territórios sob intensa pressão econômica decorrente do garimpo e do desmatamento (art. 225, § 1º, da CF).

■ **Fronteiras e Corredores de Desenvolvimento**

Expansão em Mato Grosso do Sul (Bonito, Corumbá, Ponta Porã, Naviraí, Três Lagoas e Dourados) e na 4ª Região (Guaíra/PR, Cascavel/PR, Criciúma/SC, Itajaí/SC e Ponta Grossa/PR), atendendo aos impactos demográficos e criminais decorrentes

da Rota Bioceânica, de grandes polos industriais/portuários e do combate ao tráfico internacional.

Demandas Sociais e Juizados Especiais

Atendimento focado no Ceará (Juazeiro do Norte/CE, região com elevada taxa de distribuição por magistrado na 5ª Região).

A criação de seis novas varas no Distrito Federal se deu diante do volume de ações de execução de sentenças coletivas (foro do Distrito Federal), do contencioso tributário decorrente do período de transição da Reforma Tributária (EC nº 132/2023) e de demandas ambientais



complexas, adotando-se a criação de unidades com especialização por matéria para otimizar fluxos processuais e assegurar segurança jurídica.

■ Apenas excepcionalmente foi autorizado o encaminhamento da ampliação do segundo grau. A criação de cargos no segundo grau de jurisdição constituiu medida excepcionalíssima, como no caso do TRF5.

A aprovação da proposta de criação de 3 (três) cargos de Desembargador Federal e da respectiva estrutura funcional para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Processo 0010326-52.2024.4.05.7000) justificou-se estritamente pela presença de duas razões específicas e determinantes:

Com uma composição histórica de 24 magistrados, o TRF5 via-se impossibilitado de constituir Órgão Especial, exigindo que o Pleno apreciasse todas as matérias administrativas e jurisdicionais delegadas. O funcionamento contínuo do Pleno integral resultava em sessões excessivamente longas e morosas. O acréscimo de 3 cargos elevou o quadro para 27 Desembargadores, superando o patamar constitucional mínimo de 25 julgadores e viabilizando a instituição do Órgão Especial para racionalizar e dar celeridade aos trabalhos do Tribunal.

E, ainda, a ampliação se justificava, pois o quantitativo anterior impedia a simetria de turmas e a especialização temática do Tribunal. A expansão permitiu a criação

de uma nova Turma julgadora (8ª Turma), garantindo número par de instâncias fracionárias e viabilizando a implementação da especialização dos órgãos fracionários e das seções por matérias (fixando-se o prazo de 60 dias após a promulgação da

lei correspondente para sua efetivação), nos moldes consolidados nos demais Tribunais Regionais Federais.



Reestruturação da Justiça Federal

A elaboração da Lei Orgânica da Justiça Federal (LOJF) possui uma longa trajetória. Após debates iniciados em 2012 e a criação de comissões pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, em 7 de março de 2013 (Processo nº CF-PPN-2012/00115), uma proposta de anteprojeto de lei para reorganizar a Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Em 2013, o Superior Tribunal de Justiça decidiu desmembrar do projeto aprovado pelo Conselho da Justiça Federal e enviar à Câmara dos Deputados apenas o capítulo relativo às custas e ao Fundo Especial da Justiça Federal (FEJUFE) — enviado ao Congresso Nacional como PL n. 5.827/2013 (atual PL nº 429/2024 no Senado).

Posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça remeteu nova proposição sobre a matéria, autuada sob o n. PL n. 7735/2017. A parte estruturante da carreira e da organização da Justiça Federal foi relegada para outra oportunidade.

Após 13 anos, o CJF, por iniciativa da Presidência, que, reconhecendo o tempo de espera e a urgência de se atualizar um anteprojeto cujos pilares remontavam a 2013, deliberou, na sessão de 17 de março de 2025 (Acórdão nº 0696197 no Processo SEI nº 0000459-96.2019.4.90.8000), pela necessidade de revisar o anteprojeto.

Em cumprimento a essa determinação, a Presidência editou a Portaria CJF nº 211, de 10 de abril de 2025, instituindo formalmente a comissão encarregada de reformular a proposição legislativa. A comissão foi constituída sob a coordenação do Ministro Gurgel de Faria e contou com a participação de Ministros do STJ, representantes indicados pelas Presidências dos Tribunais Regionais Federais e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE).

Sob a coordenação do Ministro Gurgel de Faria, a comissão imprimiu ritmo intenso e participativo aos trabalhos. Foram promovidas reuniões de trabalho presenciais e híbridas.

A construção do texto caracterizou-se pelo amplo diálogo com a representação da magistratura, destacando-se a realização de reuniões com a diretoria da AJUFE e consultas à base de associados para o alinhamento de pontos sensíveis da carreira.

Em 3 de agosto de 2026, por iniciativa do Ministro Herman Benjamin, realizou-se um encontro institucional no STJ reunindo o Ministro Relator, Presidentes dos TRFs, juizes auxiliares e representantes da AJUFE para discutir os ajustes finais da proposta de forma democrática e participativa.

Em seu voto, o Ministro Gurgel de Faria fundamentou a aprovação do novo

anteprojeto de lei focado na reestruturação da carreira da Magistratura Federal de 1º grau. Dentre os pilares do voto, destacam-se:

Unificação e Fim da Dualidade de Carreiras

Superação do problema histórico de coexistência entre os cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto, que exercem idênticas funções jurisdicionais. O projeto institui a promoção automática ao cargo de Juiz Federal após o vitaliciamento, com a previsão de regras transitórias para os atuais substitutos;



Proteção ao Interior

Fixação de travas e percentuais máximos para remoções regionais, prevenindo o esvaziamento das varas do interior e mantendo a capilaridade da Justiça Federal;

Atualização Conceitual

Padronização dos conceitos formais de Seção Judiciária, Subseção Judiciária, Unidade Judiciária e Juízo;

Sugestão de Arquivamento

Proposição formal de arquivamento do anteprojeto remanescente e defasado de 2013, que se encontrava no STJ.

Ao apresentar seu voto-vista no julgamento iniciado em março de 2026, o ministro Herman Benjamin acompanhou o relator. Destacou o papel histórico da revisão após 13 anos de sobrestamento no STJ, louvou a condução democrática e participativa das reuniões conduzidas pelo Ministro Gurgel de Faria junto à AJUFE e ratificou que a reestruturação confere racionalidade e previsibilidade à carreira sem gerar impacto orçamentário imediato, sem prejuízo de outros ajustes que possam aperfeiçoar o texto ao longo do julgamento.



Aquisição de veículos

Em abril de 2026, o CJF aprovou os Planos Anuais de Aquisição de Veículos da Justiça Federal para 2026.

Sistema remuneratório e governança

As medidas aprovadas pelo CJF em junho de 2026 incluíram diretrizes para a implementação do sistema remuneratório e indenizatório da magistratura federal, alterações no *Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal* e a Recomendação CJF 4/2026, que estabelece ações de governança para tratar a dupla competência previdenciária entre os Juizados Especiais Federais e a Justiça Federal comum. A iniciativa busca fortalecer a integridade do sistema de precedentes, a segurança jurídica, a racionalização da distribuição de processos e a prevenção de conflitos de competência.

Vistorias técnicas de obras

Em cumprimento ao Plano Anual de Vistoria Técnica de Obras (PAVTO) de 2026, a Secretaria de Gestão de Obras realizou vistorias técnicas nas obras das Seções Judiciárias de Sergipe (SJSE) e de Alagoas (SJAL).

Plano para administração de precatórios e RPVs

O CJF aprovou o Plano de Ação Anual Consolidado para 2026, referente às receitas provenientes dos contratos firmados entre a Justiça Federal e o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para a administração de depósitos de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

Durante a gestão, também foi validada a nova regulamentação para expedição de ofícios requisitórios, cumprimento da ordem cronológica de pagamentos, compensações, saque e levantamento de depósitos no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus. A norma adequa os procedimentos à EC n. 136/2025, à Lei n. 14.973/2024, ao Provimento CNJ n. 207/2025 e às decisões do STF nas ADIs n. 7.064 e n. 7.047, além de reforçar a segurança no levantamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

Bens móveis e Plano de Contratações

Em março de 2026, foi aprovada a atualização da Resolução CJF n. 880/2024, que regulamenta a administração de bens móveis no Conselho e na Justiça Federal de 1º e 2º graus. Também foi atualizada a Resolução CJF n. 842/2023, que disciplina a governança do Plano de Contratações Anual e do Plano de Contratações Compartilhadas Anual, com o objetivo de aprimorar a fase interna das compras compartilhadas.



Gestão Estratégica

Planejamento Estratégico da Justiça Federal

O CJF elaborou o Relatório dos Resultados da Estratégia 2025, com a consolidação das metas e dos indicadores estratégicos, e o Glossário de Indicadores e Metas do Plano Estratégico 2026, para padronizar conceitos e apoiar o monitoramento e a governança da estratégia.

Também coordenou, com os seis Tribunais Regionais Federais, a Consulta Pública para a definição das Metas Nacionais da Justiça Federal 2027 e realizou audiência pública para discutir e consolidar as propostas para o primeiro ano do ciclo estratégico 2027-2032.

Programa Estratégico de Edificações (PEE)

No âmbito do PEE, foram acompanhados projetos e obras de novas sedes de subseções judiciárias. Entre as ações, estão o acompanhamento da obra da sede de Arcoverde (PE); o desenvolvimento do orçamento executivo para Diamantino (MT); a conclusão dos projetos de engenharia para Parnaíba (PI); a aprovação do projeto da nova sede de Naviraí (MS) pela prefeitura; e a revisão da metodologia estatística para dimensionar as futuras instalações da sede de Anápolis (GO).

Precatórios

Em fevereiro de 2026, a Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento consolidou e encaminhou a proposta

orçamentária de precatórios para a PLOA 2027. Foram expedidos 102.312 processos, destinados a 175.084 beneficiários, no total de R\$ 41,42 bilhões, dos quais R\$ 5,8 bilhões correspondem a precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), nos termos do artigo 4º da EC 114/2021.

Em março, o CJF coordenou as ações necessárias para viabilizar o pagamento, em 2026, dos precatórios expedidos em 2 de abril de 2025 pelos Tribunais Regionais Federais. O montante, de R\$ 58 bilhões, foi destinado ao pagamento de precatórios federais, com quitação pelos tribunais até o fim de março de 2026.

Fluxos orçamentário-financeiros

O CJF editou a Portaria n. 3/2026, que estabeleceu prazos para o encaminhamento de demandas sobre programação financeira, alterações orçamentárias e detalhamento de despesas. Também elaborou o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para 2026 (Portaria CJF n. 382/2026) e coordenou as programações e liberações financeiras voltadas a folha de pagamento, férias, custeio, projetos e aquisição de veículos, além de encaminhar as solicitações de recursos à Secretaria do Tesouro Nacional para repasse aos Tribunais Regionais Federais e à Secretaria de Administração do Conselho.

Os dados da Setorial Financeira foram divulgados para assegurar a transparência pública, em conformidade com o Anexo I da Resolução CNJ n. 102/2009.



Atividade Jurisdicional e Cooperação



Convocação de Magistrados (Mutirão Nacional)

Por proposta e relatoria do Presidente, foi regulamentada a convocação temporária de magistrados pela Presidência do CJF para projetos e julgamentos de processos sensíveis em nível nacional, visando equalizar a força de trabalho. Essa ação, que configura cooperação judiciária (Resolução CNJ n. 350/2020), busca atender aos princípios da razoável duração do processo e da eficiência administrativa. Deve ser observada a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, conforme a Resolução CNJ n. 255/2018.

Bens Apreendidos

Por iniciativa do Presidente, foi criado grupo de trabalho para apresentar diag-

nóstico e encaminhamentos sobre bens apreendidos, instituído pela Portaria CJF n. 210/2025, coordenado pelo Ministro Joel Ilan Paciornik e integrado por representantes das presidências e corregedorias dos tribunais, do Superior Tribunal de Justiça e da Polícia Federal, com proposta de alteração da Resolução CJF n. 780, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a guarda, a gestão e a destinação de bens e materiais apreendidos.

Foi analisada a situação de 746 veículos cuja destinação havia sido requerida pela Polícia Federal. O Grupo finalizou o seu trabalho, sendo apresentado o relatório na Sessão Ordinária do CJF, de 15.12.2025, com a aprovação dos seguintes encaminhamentos:

a) Propor à Presidência do CJF que a atuação do Grupo de Trabalho seja permanente, considerando que a dinâmica das apreensões exige monitoramento constante e integração com os órgãos responsáveis.

b) Propor a atualização da Resolução CJF n. 780/2022, especialmente quanto ao ponto relativo à tramitação apartada da gestão de bens. As sugestões dos tribunais comporão este relatório, sem juízo de valor.

c) Acompanhar, junto aos Tribunais Regionais Federais, a solução dos bens que ainda não tiveram a destinação definida, a fim de otimizar e agilizar o processo de destinação.

d) Verificar, junto à Polícia Federal, a resolução dos veículos que já tiveram a destinação definida pelo Juízo.

e) Propor ao Centro de Estudos Judiciários a realização de capacitação para a especialização de servidores e servidoras da Justiça Federal que atuam no processo de guarda e gestão de bens apreendidos.

f) Realizar interlocução com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acerca do Sistema Nacional de Gestão de Bens.

g) Comunicar à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e às Escolas dos Tribunais Regionais Federais a sugestão de que o tema “gestão e destinação de bens” seja contemplado na formação inicial e continuada de magistradas e magistrados.

Expedição de Certidões Judiciais

Foi aprovada a alteração da Resolução CJF n. 680/2020, permitindo que inquéritos policiais, autos de prisão em flagrante e acordos de não persecução penal constem de certidões expedidas por determinação judicial, mesmo sob sigilo.

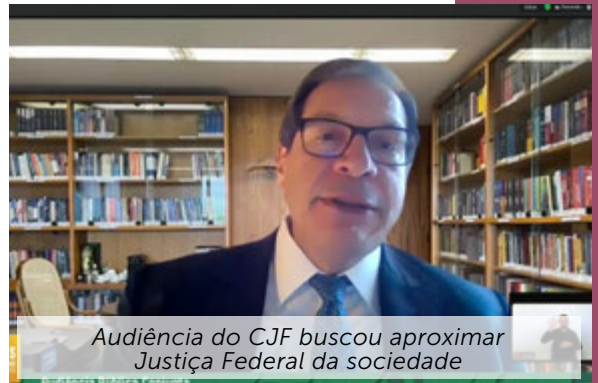


Audiência Pública e Metas Nacionais

O CJF, em parceria com os Tribunais Regionais Federais, promoveu, em junho de 2025, audiência pública com o objetivo de aproximar a Justiça Federal da sociedade e ampliar o diálogo com diversos setores. Realizada de forma virtual, aberta ao público, representou uma etapa fundamental para a definição das Metas Nacionais do próximo ano.

A iniciativa buscou estimular a colaboração de diferentes segmentos, como integrantes do Sistema de Justiça, autoridades, acadêmicos, especialistas, representantes de instituições públicas e privadas e a sociedade em geral.

As propostas para 2026 foram debatidas no 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado pelo CNJ, com ampla participação desse segmento de Justiça e apoio do CJF.



Estímulo à Carreira



Equiparação Salarial (Juiz Substituto/Titular)

Sob a relatoria do Presidente, foi aprovada, em maio de 2025, a equiparação de subsídios entre juízes federais substitutos vitalícios e juízes federais titulares.

Ajuda de Custo – Lotação Inicial

Sob a relatoria do Presidente do Conselho, foi assegurada aos magistrados federais a ajuda de custo e o custeio de despesas com transporte devidos à nomeação que implique mudança de domicílio.

Gratificação de Acúmulo de Jurisdição (GAJU)

Sob a relatoria do Presidente, foi aprovado o pagamento da Gratificação de Acúmulo

de Jurisdição à magistrada em gozo de licença-maternidade ou ao magistrado em licença-paternidade.

Política de Estímulo em Localidades de Difícil Provimento

Foi aprovada a Resolução CJF n. 953/25, regulamentando essa política. Na sessão do CJF de 15.12.25, as subseções foram homologadas, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2026. Adicionalmente, por sugestão do Presidente, identificou-se a necessidade de criar a categoria de “difícil provimento” para localidades com custo de vida superior e escassez de infraestrutura. Estímulos à permanência, como critérios diferenciados para remoção e promoção, estão em estudo.

Direitos Humanos – Equidade Racial e de Gênero

Equidade Racial

Sob a relatoria do Presidente, o Colegiado aprovou encaminhamentos para a efetivação dos enunciados da *I Jornada da Justiça Federal pela Equidade Racial*, com foco na implementação da política de cotas raciais em concursos para a magistratura federal.



Igualdade de Gênero (TNU)

Também sob a relatoria do Presidente, objetivando a conformidade da composição da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU com os normativos do Conselho Nacional de Justiça, o Colegiado aprovou a Resolução CJF n. 923/2024 para contemplar a paridade de gênero na composição da TNU, estabelecendo alternância entre juízas e juízes federais indicados pelos Tribunais Regionais para a sua composição.



Transferência de Condenados

Foi instituído um grupo de trabalho, por meio da Portaria CJF n. 107/2025, para estudar a regulamentação do procedimento de transferência ativa de pessoa condenada na Justiça Federal.

Sustentabilidade

Descarbonização

Em fevereiro de 2025, a área técnica do Conselho apresentou o Plano de Descarbonização do CJF, que visa estabelecer um roteiro para mitigação e compensação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, em especial o ODS 13, e com o Programa Justiça Carbono Zero. Esse plano está alinhado às diretrizes da ABNT (NBR ISO 14064-1) e propõe-se a atender às determinações do CNJ.

O Conselho também elaborou o Relatório do Plano de Logística Sustentável (PLS) e o Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade e gestão ambiental.



Confira a íntegra
do documento neste
QR Code ao lado



STJ **SUPERIOR**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA